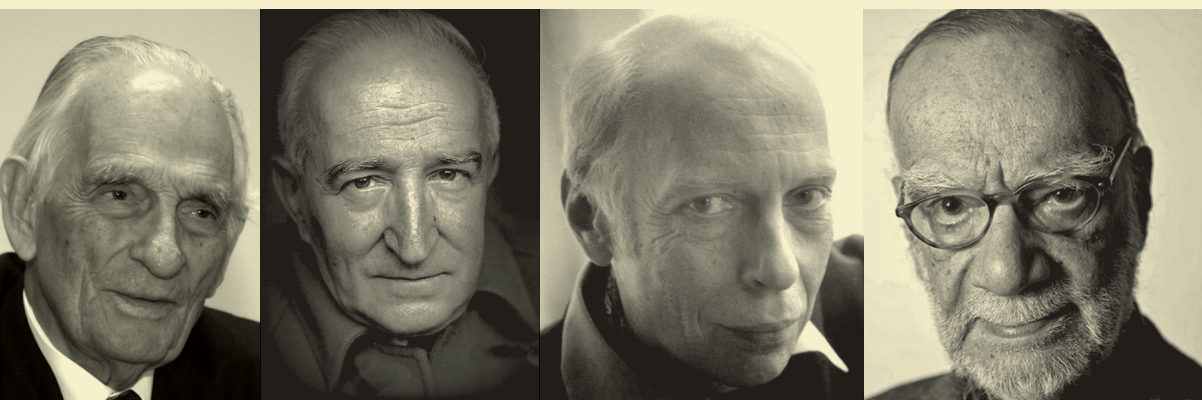


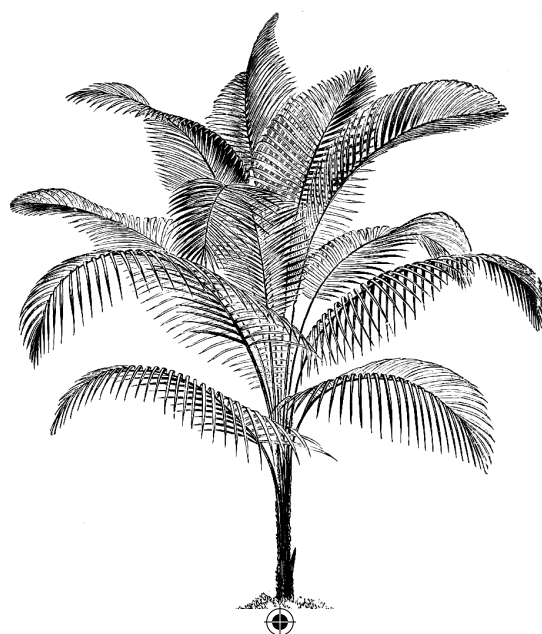
PENSAMENTO E ESCRITOS (PÓS-)COLONIAIS



COORDENAÇÃO
Maria João Castro



PENSAMENTO E ESCRITOS (PÓS) COLONIAIS





PENSAMENTO E ESCRITOS (PÓS) COLONIAIS

COORDENAÇÃO
Maria João Castro

LISBOA
2016

Título: *Pensamento e Escritos (Pós) Coloniais*

Coordenação: Maria João Castro

Composição Gráfica: Pedro Serpa

Editor: ArTravel

Impressão: Várzea da Rainha, Impressores SA

1.^a EDIÇÃO: NOVEMBRO DE 2016

ISBN: 978-989-99719-0-5

DEPÓSITO LEGAL: 416199/16

TIRAGEM: 150

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia — UID/HIS/04666/2013.

Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
suportando a ciência, tecnologia e inovação

COLEÇÃO — ARTRAVEL I



ÍNDICE

Prefácio	7
----------	---

COMUNICAÇÕES

Adriano Moreira	11
Eduardo Lourenço	19
Helder Macedo	25
José-Augusto França	35

DEBATE

Nuno Severiano Teixeira	47
João Paulo Oliveira e Costa	49
Adriano Moreira	53
Eduardo Lourenço	57
Helder Macedo	59
José-Augusto França	63
Maria João Castro	67



PREFÁCIO

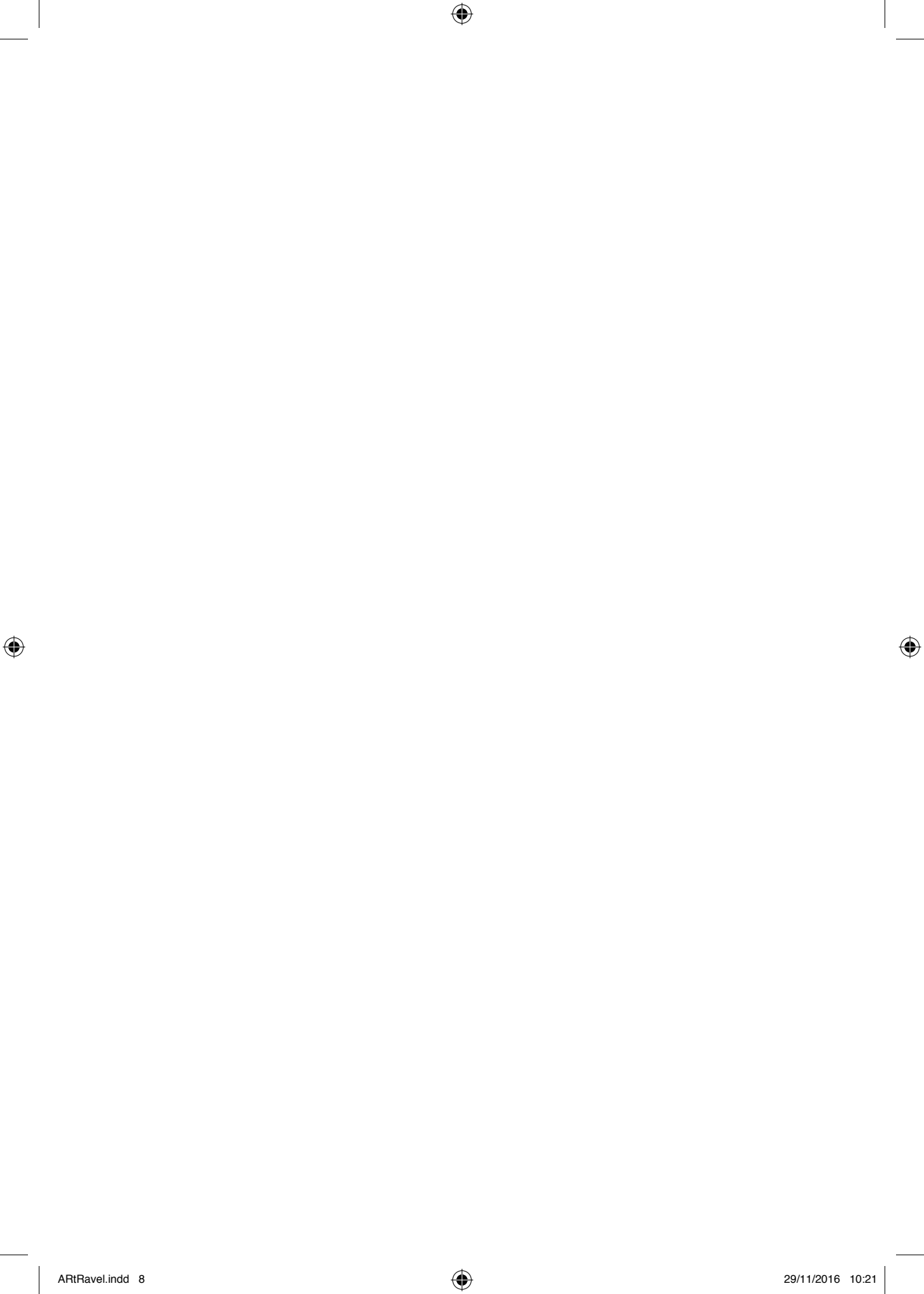
O presente volume insere-se no âmbito do projeto *ArTravel. Viagem e Arte Colonial na Cultura Contemporânea*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/107783/2015), constituindo a primeira ação de um conjunto de iniciativas que se propõe (re) pensar o império e a arte colonial portuguesas.

Pensamento e Escritos (Pós) Coloniais resulta da conferência pública que teve lugar no dia 20 de abril de 2016, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, e que reuniu Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo e José-Augusto França, nomes incontornáveis da política, ensaio, literatura e história da arte portuguesa que, em épocas distintas e em modos e contextos diversos, pensaram e escreveram sobre o império colonial português, apresentando-se como testemunhas de um passado que se reflete no presente, e, por isso, de uma inusitada modernidade.

A obra encontra-se dividida em duas partes correspondentes aos tempos da conferência: a primeira apresenta os textos elaborados por cada um dos intervenientes; a segunda regista o debate subsequente, moderado por Nuno Severiano Teixeira e João Paulo Oliveira e Costa.

Dentro da triangulação arte/poder/império, os diferentes modos de apreensão de Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo e José-Augusto França constituem um testemunho singular, de olhares que se cruzam e articulam entre si, deixando um pensamento escrito que, no silêncio da obra, se revela e se prende ao olhar outro.

Maria João Castro



COMUNICAÇÕES



ADRIANO MOREIRA

A questão da colonização tem hoje uma grande actualidade, sobretudo em Portugal, mas ainda é muito difícil colocá-la no plano meramente académico. Porque está próxima a descolonização portuguesa, porque custou muitos sacrifícios ao país, porque temos um contingente de feridos que têm uma vida ativa que é preciso acompanhar e compreender.

Ao mesmo tempo, as pessoas que têm tempo para ler jornais devem ter reparado que os efeitos da descolonização estão-se a refletir, de quando em vez, na vida corrente nacional. Porque é preciso construir uma relação em pé de igualdade depois de muito tempo de subordinação colonial. Por isso gostaria de lembrar alguns factos que julgo que são necessários para enquadrar este binómio de modo a que ele alcance a projecção e o nível de imparcialidade universitária que precisa atingir, até para apaziguar os espíritos da população.

Em primeiro lugar, temos que ter sempre presente quando falamos de colonização de que as gerações vivas têm experiência, temos em vista sempre um poder externo que submete as populações que são muito diferenciadas etnicamente, cultural e religiosamente e isso faz-nos esquecer até intervenções gravíssimas da colonização que antecederam este último modelo da submissão a um poder exterior aos territórios ocupados e diferenciados das populações que são ditas primitivas.

Nós, por exemplo, esquecemo-nos que quanto à colonização do continente americano é raro vermos comentar como se formaram os Estados Unidos da América. Eu posso recordar: se se lembrarem do livro de

Tocqueville sobre a democracia na América, ele reproduz a exposição que os iroques levaram ao Presidente dos Estados Unidos dizendo: «Quando os senhores chegaram a este país chegaram carentes, foram recebidos afetuosamente, demos a ajuda necessária. Éramos a nação mais importante desta terra. Os senhores conquistaram todo o território, fizeram desaparecer a população. Estamos aqui, os últimos da nossa raça e vimos perguntar se também podemos aqui morar». Isto é um fenómeno que está esquecido.

Do ponto de vista histórico, a visão que se liga a nós e às inquietações ainda hoje dos portugueses foi construída sobretudo depois da Conferência de Berlim. É o caso mais importante na nossa experiência actual e, curiosamente, tem pelo menos, dois aspetos:

- Diz respeito à dignidade dos nativos:
- Diz respeito à natureza ao governo instalado nesses territórios e isto está perfeitamente de acordo com a hipocrisia que normalmente acompanha a organização política em qualquer aspeto, porque não há organização política conhecida que não invoque uma série de valores para obedecer e que, no seu exercício, se esqueça dos seus valores porque são os interesses que vai executar.

A América continua a ser um excelente exemplo porque todos nós filiamos a evolução democrática dos ocidentais na Declaração de Filadélfia, a qual dizia que:

Todos os homens nascem livres e *iguais*, e com igual direito à felicidade (...).

Isto ficou escrito no bronze da História mas lê-se menos que nesse bronze havia uma vírgula: os nativos não, os escravos não, os trabalhadores não, as mulheres não, e tem sido uma luta terrível para apagar estes dados. Esta atitude foi a que, com a expansão europeia, criou a definição daquilo a que amorosamente chamamos o Terceiro Mundo. Nenhum país organi-

zou a sua expansão colonial sem evocar grandes princípios: a nossa e a espanhola: evocou-se a evangelização. Mas consta no relatório do Vasco da Gama que, quando este chegou a Calecute da praia lhe perguntaram:

Ó diacho, o que vieram cá fazer?

E o marinheiro português respondeu:

Vimos à procura de cristãos e de especiarias.

Os franceses decidiram que iam levar as «luzes» e ao mesmo tempo a civilização; os ingleses levaram, na voz de um dos seus poetas, a intenção de transportar o pesado encargo da civilização e construíram o império das Índias. E todos os colonizadores europeus fizeram isto. O resultado foi que quando se é transportado para o exercício do poder que se vai instalar, na linguagem de hoje dos economistas, a construção em toda a parte foi de estados extrativos, ou seja, estados de onde se extraiu a riqueza, os rendimentos, e também se utilizaram os missionários, padres, professores, depois de terem lido o relatório do Vasco da Gama.

E isto fez com que a colonização em toda a parte desse origem não ao império britânico, ao império francês ou ao império português: de facto, deu origem ao império euromundista. Porque foram eles que dividiram arbitrariamente os territórios, que estabeleceram arbitrariamente as fronteiras e que distribuíram arbitrariamente os governos e, por consequência, esse império constituía uma unidade e é esse conceito que vai ser recolhido pela geração que ainda está viva e que é ao desfazer desse império unitário Euromundista que assiste.

E talvez para surpresa de alguns que se preocupam sobretudo com introduzir alguma autenticidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, convenha recordar-lhe que na década de 50 do século xx, em vésperas de ataque ao Canal do Suez, a Sociedade Antiesclavangista de Londres organizou uma conferência em Genéve contra a escravatura. Parecia uma inquietação sem conteúdo: já estávamos depois do Segunda

Guerra Mundial. Eu fui delegado nesse evento que integrava a organização das bases do desembarque no Suez. Era este o tema da conferência, com um apontamento que devo referir: do programa fazia parte um ponto em que se pretendia alargar a área de fiscalização do Índico de forma a que abrangia os territórios portugueses. A Inglaterra, como nosso fiel aliado, soube então que não queríamos que a Índia fiscalizasse a navegação portuguesa mas a conferência continuou. Conclusões gerais do encontro: 400 a 500 mil escravos no Médio Oriente, sob a cristã designação «Slave Travel Check». Em regra, eram convertidos ao islamismo, vinham desde o Senegal, eram moeda de pagamento das despesas pelo caminho mas sempre chegavam aos lugares sagrados e lá ficavam escravos. Só que parece que havia uma regra: sem liberdade, a reprodução, a procriação acaba por enfraquecer de maneira que era necessário continuar com a escravatura.

Em Portugal, nós tivemos naturalmente todos aqueles abusos da escravatura, mas sobretudo, o que acho mais grave não é a escravatura — que é gravíssima —, é o transporte para os territórios longínquos, porque se é escravo mas vive no território onde nasceu, se conhece as pessoas, se tem amigos de infância, é muito diferente de ser transportado para o continente americano onde se misturam etnias completamente diferentes que não constituem uma comunidade mas uma multidão e leva imenso tempo à integração. Eu defendo isto apenas para dizer que sou partidário de que não se recebe a nacionalidade a benefício de inventário e que aceitamos todos os erros que nós cometemos mas, pessoalmente tenho alguma satisfação com as emergências: por exemplo o Brasil custou-nos os referidos abusos todos, ou Goa, se lerem as crónicas, que hoje já se encontram publicadas da intervenção da inquisição, ficam horrorizados, mas as emergências dão-me satisfação de ser português. Por isso faço a distinção entre ambas as coisas. Mas queria lembrar que, em Portugal a escravatura foi extinta na metrópole pelo Marquês de Pombal que não tinha fama de ser boa pessoa; nas colónias, foi extinta com Sá da Bandeira, a quem o povo de maneira carinhosa chamavam o «Zé Maneta» por não ter um braço perdido na guerra; no Brasil foi uma mulher por quem tenho a maior admiração: a princesa Isabel. Estava na regência e foi com o consentimento do

pai e daí sabendo — e daí a minha admiração por ela — que a assinatura daquele diploma implicava o fim da monarquia. Mas ela achou que a dignidade da população justificava que perdesse a coroa, e que era seu dever publicar aquele decreto. Contudo, tal facto não acabou com as dificuldades no território porque, nós por exemplo, na nossa parte do território euro-mundista, tínhamos algumas colónias que não tinham indigenato: era o caso de Macau, da União Indiana, de Cabo Verde, mas as outras tinham. E o indigenato era negação da proclamação de Thomas Jefferson, porque eles não tinham cidadania, portanto, não tinham direito a ser cidadãos.

Eu tive há algumas semanas uma notícia que me deu grande satisfação e é bom porque há poucas ocasiões para satisfação no país: tenho um filho que foi advogado durante uns anos em Moçambique e teve um colega africano que um dia lhe perguntou:

— *És filho do Doutor Adriano Moreira?*

— Sou.

— Então vou dizer-te uma coisa: o meu pai disse-me que só teve o primeiro dia de felicidade da sua vida com 70 anos, quando recebeu o cartão de cidadão com a revogação do indigenato feita pelo teu pai.

Ora este comentário em relação ao indigenato implicava que ele era negação da igualdade de direitos. Mas havia também trabalho forçado que foi preciso extinguir e havia culturas obrigatórias que também foi preciso extinguir. E depois vem um problema mais sério: a guerra, e aqui há que referir um facto, porque é preciso prestar justiça às instituições e de acordo com as épocas. Eu sou testemunha de que o Chefe do Estado Maior do Exército chamado General Câmara Pina declarou:

Estas guerras não se ganham, ganha-se tempo para fazer as reformas necessárias para a solução política.

Ganharam treze anos e não refizeram as reformas necessárias, pois foram interrompidas e não convenientemente observadas. Foi um grande sacri-

fício, mas é enorme a montagem do Estado Espetáculo do tempo em que vivemos, aos queixarmo-nos dos sacrifícios dos portugueses e esquecermo-nos que o exército francês foi esmagado na Indochina, e que enfrentou a tragédia da Argélia, um problema ainda hoje não resolvido, por ordem de um homem chamado François Mitterrand com a afirmação de que «a Argélia foi, a Argélia é, e a Argélia será sempre francesa».

A Holanda teve problemas tremendos na Indonésia fazendo esta depois com que o seu exercício em Timor matasse 200 mil pessoas. A Inglaterra, que passa por ser a mestra das evoluções políticas e que não se esquece que foi sua herança a democracia americana, embora ninguém diga que da Magna Carta o que os americanos aproveitaram foi a regra que obriga a votar os impostos, não conseguiu que o pacifista Gandhi conseguisse que muçulmanos e hindus não se separassem e morreram «apenas» 400 a 500 mil pessoas. Tudo isto é o império euromundista. Portanto esta mudança do poder político modificou a situação do mundo. Entretanto, o Terceiro Mundo abandonou o sistema político a que tinha sido submetido e foi então que aconteceu à Europa uma coisa muito séria que ainda hoje não está remediada. É que a Europa que fez o império euromundista também ela própria anteriormente se organizou com impérios. E quando se deu a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, ajudada pelos americanos, foi o Presidente Thomas Wilson o principal responsável pela Carta da Sociedade das Nações onde se estabeleceu o princípio de que cada nação deve ter um Estado. É um grande princípio, simplesmente há poucas nações na Europa e encontram-se ainda muito divididas. Mas os americanos não assinaram a carta, e a organização imperial desapareceu.

Acontece que desapareceram os impérios. O que a Europa tinha era o império alemão, o austro-húngaro, o russo, o turco e todos eles desapareceram.

Na Segunda Guerra Mundial a Carta das Nações Unidas e a Declaração de Direitos, mais uma vez alteraram a estrutura. Simplesmente quem escreveu aqueles textos foram exclusivamente mãos ocidentais. Entretanto chegaram os povos que se iam libertando com as suas concepções específicas do mundo e da vida e quando as Nações Unidas se reuniram sofre-

ram uma experiência nova na história da humanidade e que foi o facto de todas falarem ao mundo, livres, e isso não coincidia com a concepção dos ocidentais que tinham escrito a carta. Dou alguns exemplos: no tal documento fundamental anexo da carta, a Declaração de Direitos, encontra-se escrito entre os direitos fundamentais o da propriedade, como direito fundamental. Assinaram americanos e russos mas não estavam a dizer a mesma coisa. Também diziam que a família era a célula fundamental da organização da sociedade. Assinaram todos: católicos, civilistas, polígânicos, defensores da união de facto, etc.

Começou-se então a chegar a um governo do mundo menos organizado, que tinha uma semântica que não era coincidente com a realidade, e o que aconteceu foi que imediatamente a carta das Nações Unidas foi realmente posta em suspenso, e o mundo passou a ser comandado por uma ordem de pactos militares que foram a NATO e o Pacto de Varsóvia.

Hoje, encontramos-nos numa situação, na minha opinião, mais próxima da desordem mundial do que da ordem mundial e os riscos são enormes. A vigência dos direitos humanos continua extremamente limitada: é o caso a que se assiste na actualidade com a questão do conflito das migrações e do respeito pelas convenções que estabelecem os deveres humanitários.

Refira-se uma última circunstância e que é a seguinte: em obediência à Carta, com todo o custo humano de todos os que participaram no império euromundista, essa hegemonia política desapareceu, a Europa não perdeu só o poder político; perdeu o domínio das matérias-primas, o domínio dos mercados dos produtos acabados, e o poder terrível de ser ela a estabelecer o preço do trabalho. E, por isso mesmo, neste momento aquilo a que assistimos é que a pobreza desafiou todos os projetos que as Nações Unidas tinham feito, não há nenhum objetivo que tenha sido alcançado, a divisão entre países pobres e onde ainda existe escravatura em muitos dos seus territórios mantém-se, e quando se trata das questões da guerra e da paz não é invulgar que concluem que há guerra em toda a parte: do Cabo ao Cairo há guerra em toda a parte, são centenas de milhares de crianças que estão em guerra em territórios que foram colónias. E depois vamos para a semântica e, em grande parte, invoca-se que é em nome da

democracia. Ora quem sabe que a leitura da Carta das Nações Unidas e dos Direitos manteve as palavras com conteúdo diferente, sabe que o turbilhão democrático asiático não dá garantias nenhuma que aqueles defeitos, incluindo a escravidão colonial, tenham desaparecido, isso não está de maneira nenhuma assegurado. E por isso mesmo, o que aconteceu, e nós estamos a ser objeto disso, é que uma doutrina (economia política) que se transformou em ciência exata — economia¹ — fez com que o chamado *credo do mercado* tenha substituído o *credo dos valores*. Isso quer dizer que, assim como a formação dessa expansão que criou o império euromundista obedeceu muito ao que hoje chamamos o Estado Espetáculo, porque os valores que eram proclamados não eram efetivamente aplicados concretamente nesses territórios, neste momento é extremamente evidente que há uma distância enorme, ainda hoje, entre a declaração de valores e a nossa Declaração de Direitos do Homem e a desordem mundial do presente.

¹ Quando eu era estudante chamava-se Economia Política, e percebia-se logo que não era exata.

EDUARDO LOURENÇO

O tema do pós-colonialismo é um tema importante em si e, curiosamente, é que, tanto quanto tenho conhecimento, a temática vem-nos da América, o que é algo paradoxal uma vez que não tem colónias, a não ser que consideremos o mundo como sua colónia, o que não está mal.

Todos os três Professores colegas de painel têm experiência sobre África e sabem o que foi o nosso Portugal enquanto país colonizador, em particular o Professor Adriano Moreira, a quem devemos um interesse contínuo por essa problemática no âmbito do Antigo Regime e depois dele.

No ano passado foi o centenário da geração modernista do Orpheu, à qual pertenceu um pintor quase sem obras, chamado Santa Rita Pintor. Consta que estava muito doente e lhe foi diagnosticado «Febres de África», apesar de ele nunca lá ter estado.

Eu também nunca estive em África, ou por outra, só estive em África depois do fim do império. Contudo, estive de outra maneira: estive em África por pai entreposto que era militar e fez serviço no norte de Moçambique, em Nampula. Decerto foi ele a primeira pessoa que me deixou pequenas imagens, reflexões sobre a maneira de ser dos africanos, em todo o caso dos africanos com quem se relacionou durante seis anos.

Para o meu relacionamento com que foi o nosso império, estas reflexões foram muito positivas, pois não havia da parte dele nenhum preconceito de tipo genérico de racismo e isso fez com que me deixasse ideias positivas e simultaneamente a percepção de um mundo que tinha uma maneira particular de ser, uma sabedoria própria, paradoxal muitas vezes,

e ao mesmo tempo muito justa e pertinente. No fundo, achava que eram homens necessariamente com uma outra cultura mas homens como nós.

Por outro lado, tive um tio que era um africanista propriamente dito, um colonialista mas não se chamava assim na altura, que era funcionário da polícia em Lourenço Marques e esse, verdadeiramente sozinho, era mais racista que a África inteira. Nunca se referia às pessoas negras com quem lidou, que estivessem lá ou viessem em férias, que não fosse «sacos de carvão», de modo que, em matéria de racismo português, no caso dele, estou elucidado.

Acresce que tenho uma irmã carmelita que se encontra hoje na Amazônia mas que professou em Fátima e tinha como destino aí ficar. Acontece que teve o convite vindo de Moçambique de um senhor de nome António Trigo de Moraes — e que mais tarde daria nome a uma povoação, Vila Trigo de Moraes —, que era muito católico e tinha construído um convento no Limpopo e pediu a Fátima monjas para habitar esse novo lugar. Eu penso que na ideia dele pensava que as religiosas dessa ordem, fechada sobre si própria mas com grande radiação exterior, iam para lá para salvar Moçambique, uma vez que a rebelião africana havia já começado. Mas já era um pouco tarde. Essa «excursão» das carmelitas até Moçambique acabou no dia em que a Revolução do 25 de abril triunfou e o convento foi ocupado pela nova ordem. Terminado esse tempo em Moçambique, foi-lhes oferecido por um bispo da Amazônia uma nova morada, onde ainda hoje se encontram. Daí a relação lateral que eu tenho com a África e com os seus destinos, em todo o caso, destinos próximos e familiares.

Por ordem de ideias, tenho não aquela relação famosa expressa por Alexandre O'Neill, «*Portugal: questão que eu tenho contigo tu tens comigo*» mas na relação que tenho de ordem intelectual, cultural e filosófica ao dizer-se com o relacionamento de um país que teve um império.

Para mim, a questão fundamental dentro desta temática colonial/pós-colonial é a que Portugal tem consigo mesmo. Provavelmente, este país pequeno que nasceu de uma conjuntura muito particular, nasceu num mundo em que a Europa já cristianizada estava a sofrer uma das primeiras grandes invasões, vindas de outra cultura, da Arábia até ao centro

de França. Desse modo, Portugal nasceu num período histórico que é a resposta dos europeus cristianizados do sul contra a invasão árabe. Nós nascemos das peripécias dessa conjuntura e a nossa primeira definição primeira é a de um tempo de cruzadas. Na verdade, os cruzados ajudaram a conquistar Lisboa e este país nasceu, por assim dizer, «cruzado» e cruzado continuou durante toda a sua existência e até ao fim do império.

Penso que, os treze anos com que Portugal tentou responder à justa, ou justificado historicamente falando e não só, à demanda africana forma uma espécie de uma nova cruzada — ou assim foi apresentada e introduzida na altura —, pela ideologia mais consentânea, isto é pelo regime. Mas essa leitura não é a leitura do regime de Oliveira Salazar unicamente, embora fosse ele o responsável que teve que responder à rebelião, pois naquela altura, qualquer que fosse o regime que existisse no país, e mediante aqueles factos, a resposta teria sido mais ou menos aquela que foi conhecida. Porque Portugal só entrou para a História propriamente dita, com o nosso início épico que foi, da nossa perspectiva de pequeno país, com Aljubarrota e etc., e que constituíram momentos de definição para aquilo que foi o testemunho histórico e que continuam a ser o destino de Portugal.

Porém, Portugal só se deu a conhecer História com «A» grande, se ela existe como realidade e como ficção, porque nós saímos deste cantinho e do Atlântico e chegámos ao Oriente. Portugal é o primeiro país que saiu da Europa para levá-la para outro sítio, mesmo ainda não sabendo exactamente quais eram as consequências que nunca mais terminaram dessa nossa saída, como portugueses e como europeus. E fomos para um sítio onde estivemos verdadeiramente para sempre sem já lá estar, mesmo depois de ter vindo.

É o povo que foi à Índia de que já sabia a existência, que já soubera da China (com Marco Polo) mas não se pode esquecer que o mundo era pouco conhecido e que este conhecimento constituía fragmentos de um quadro incompleto e daí que Portugal tenha sido importante para o destino do mundo inteiro. Essa é a nossa marca deixada no Ocidente até hoje, e isso foi logo percebido, ou seja, quase no momento da chegada à Índia houve essa percepção tornou-se consciente. De resto, os portugueses mal

tinham acabado de chegar à Índia e já se encontravam atrás de nós, gente enviada da Casa de Fugger, a mais importante economicamente da Europa naquela época.

No século XVI, um importante embaixador europeu, historiador e rival de Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini, florentino, traçou uma espécie de quadro de honra das potências mais importantes da Europa naquele momento: a Inglaterra, a França, etc., e acaba o seu relatório dizendo que nos últimos tempos tinha aparecido um pequeno país na Península Ibérica chamado Portugal a quem se devia a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Portanto a ótica da nossa epopeia é assinalada por esse género de reflexões que foram imediatamente repercutidos nas cortes do Velho Continente. E a partir daí inicia-se a época imperial portuguesa propriamente dita, e essa época durou 500 anos, e esses 500 anos terminaram em abril de 1974.

Na ordem interna, nós conhecemos as razões para que isso aconteceu; quanto ao traumatismo criado por esse acontecimento que devia de ser hipermemorado, ele tinha sido amortecido pelos treze anos durante os quais o país tinha tentado resolver o dilema que era criado para uma subvenção daquele género dos «nossos» colonizados, se é que se possa chamar de colonizadores aos portugueses, uma vez que não foi uma conquista guerreira — como no Peru ou no México que eram Estados que tinham uma coerência orgânica muito grande —, mas sim uma conquista de trocas e de comércio relativamente pacífica em relação aos espanhóis do Novo Mundo. É claro que este pacifismo tinha uma outra face, que é a face quer do próprio drama no nosso premiar da Índia, quer sobretudo depois com Francisco de Almeida ou Afonso de Albuquerque, cuja estátua domina a praça reservada ao império, em Belém. Na verdade, Afonso de Albuquerque é da raça dos conquistadores, o que é algo paradoxal; Portugal não tinha população para fazer esse tipo de proeza: o país tinha menos de dois milhões, não chegava para povoar as terras d'além mar. O que aconteceu nesta nossa aventura fez com que houvesse uma admiração fática o que é uma coisa um pouco esquisita, por mais que tenha sido pensado e racionalizado segundo as necessidades daquela época. É que não é só a proeza

marítima propriamente dita — o que uma coisa extraordinária — mas sobretudo esta ideia de estar lá longe e ter feito com que o nosso centro estivesse lá fora e miticamente estará sempre lá fora, mesmo depois de perdido, mesmo de não ser aquilo que é.

Eu penso que, de algum modo mas de uma outra maneira, o nosso império, o real e que durou 150 anos, um dia será na nossa memória mais uma ficção do que realidade, contudo uma ficção de que não nos podemos abstrair sem mitificarmos aquilo que nos tornou notáveis entre as nações europeias daquela época e até hoje.

É interessante, eu que nunca estive em África, fui muito sensível ao fenómeno genérico que está por detrás de tudo o que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial e que foi, pelas suas consequências, a descolonização. Em 1958 estava no Brasil vindo de uma vivência em França onde tinha acompanhado com grande paixão tudo quanto se passava na Argélia. Posteriormente, segui o assunto como uma grande peripécia da história de França mas percebendo muito bem que se a França, numa guerra longa (entre 1954 e 1962) e perdida, foi obrigada a abandonar a Argélia, o destino das colónias portuguesas estava traçado. De resto já tinha pensado que quando começou a primeira grande fase de descolonização marcada sobretudo pela retirada da Inglaterra da Índia; se a Inglaterra que durante 500 anos tinha dominado a história do mundo retirava da sua joia da coroa, como é que um país tão pequeno como o nosso podia imaginar que poderia guardar tranquila e perpetuamente os nossos vastos territórios africanos. Mas essa era a aposta não só feita pelo Antigo Regime; ela vinha de desde os finais do século XIX quando uma espécie de novo colonialismo, muito tipo diferente do nosso colonialismo do século XVI, e que foi definido a partir de um domínio de uma Europa, de uma hegemonia do Velho Continente perante o mundo, e que resolve impor não só os seus produtos como a sua maneira de ser. Nessa altura, a Europa era o centro do mundo. E dir-me-ão: mas ainda é o centro do mundo? Não. Agora é o ex centro do mundo. Se atendermos nas considerações do Professor Adriano Moreira o que nos está a acontecer é o crepúsculo do Ocidente. Estamos numa situação quase inimaginável, quem podia calcular que, uma vez terminada

a Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim em 1989, e passadas poucas décadas desse acontecimento, íamos ser confrontados com uma situação totalmente inédita desde o tempo em que os árabes invadiram a Península Ibérica até hoje. E isso é o ficcional da História, a nossa História pensa que é um rio tranquilo que vai para um sítio mas, frequentemente, ele desvia-se e segue outros caminhos, caminhos esses de grande imprevisibilidade e que é que o que está a acontecer agora. Ninguém sabe hoje para onde nos dirigimos. Bom talvez os americanos saibam: eu penso que os americanos já se dirigem para um outro planeta, no sentido próprio da palavra.

O que se constata hoje é que a Europa está literalmente parada em vários domínios. E nós também parados com a paragem dos outros, uma vez que não somos o «piloto» desse navio. Nestes 500 anos de história portuguesa foram 500 anos em que este país pensava que tinha um império que era meio ficcional mas real que deixou marcas em vários campos do mundo e que perduram até hoje.

Seja como for, o Antigo Regime não teve interesse em reconhecer a rebelião africana onde, de resto, foi o único ator, uma vez que o Ocidente não nos acompanhou nessa última «cruzada» por nossa conta. E tudo se passou à portuguesa, e passar-se à portuguesa significa sofrer e não dar conta de nada. Assumido ou não assumido, recalcado ou não recalcado, o que aconteceu com a guerra colonial e o fim do império foi algo sério, um drama que determina a especificidade da nossa história e que vem do facto de ter sido feito por uma pequena nação; e foi aquilo que Camões percebeu de uma vez para sempre que foi a «pequena casa lusitana». É a extraordinária desproporção entre os meios e os fins e que se alcançaram como se fosse uma outra história que já não era nossa e, efetivamente, a nossa verdadeira história sem fim é aquela que está escrita n'Os *Lusíadas* que é uma espécie de parágrafo final pós-camoniano. A nossa história enquanto camoniana está escrita e bem escrita, até hoje.

HELDER MACEDO

PARTES DE ÁFRICA

Há mais de vinte anos, estive num encontro de escritores de língua portuguesa em Maputo. Quando chegou a minha vez de falar, o apresentador, para ser simpático, informou o público de que também sou moçambicano. O que é quase verdade porque, cumpridos os necessários requisitos formais, de facto teria podido ser: a minha certidão de nascimento foi emitida pelo Registo Civil da então capital colonial, Lourenço-Marques, sou filho e neto de funcionários administrativos de Moçambique, disse as minhas primeiras palavras na Zambézia, aprendi as primeiras letras no Sul do Save, iniciei o liceu em Lourenço-Marques, foi lá que escrevi os meus primeiros versos, dei pontapés na bola com o Mário Coluna e o Costa Pereira, vivi em Moçambique toda a minha infância e parte da minha adolescência.

Foi um tempo mágico, como só a infância pode ser. Porque a infância é um espaço sem culpa. E na verdade não me sinto minimamente culpado pelo que houve de culpável (e muito houve) no colonialismo português de que sou originário e que é parte integrante da minha identidade portuguesa. Ainda jovem, solidarizei-me com patriotas africanos no que considerei ser uma causa comum contra um regime político que igualmente oprimia os portugueses na Europa. Mas, chegada a altura de escolher, a minha opção de nacionalidade foi inequivocamente portuguesa. E assim pude voltar a Portugal de um exílio mais ou menos forçado em Londres, do mesmo modo que vários moçambicanos (e angolanos e guineenses e caboverdeanos) puderam regressar aos seus países de origem.

Expliquei portanto ao público dessa sessão literária em Maputo que a minha identidade moçambicana era puramente colonialista. O que chocou alguns, que me terão achado um mal-agradecido, mesmo quando acrescentei, citando uns versos do sempre oportuno Fernando Pessoa que «Sei muito bem que na infância de toda a gente houve um jardim / particular ou público ou do vizinho...», para concluir que a certa altura da minha vida percebi que esse intemporal jardim da minha infância afinal era do vizinho.

Foi quando percebi também que era um jardim cheio de cobras ocultas pela paradisíaca selva. E só comecei a percebê-lo quando vi pobreza pela primeira vez. Em África, nunca tinha visto pobreza. Só a vi em Portugal. Mas não, evidentemente, porque não tivesse havido pobreza em África. Se alguma coisa, havia uma pobreza mais extrema do que aquela que se me deparou nas ruas de Lisboa e nas ancestrais aldeias da minha família transmontana. Em África tinha havido homens semi-nus a trabalharem os campos com as mãos inchadas de punições, tinha havido pernas de gigantescas elefantíases a arrastarem corpos descarnados, rostos mutilados por lepras sem tratamento, jovens mães de seios quebrados pela fome dos filhos. Tinha havido, em suma, pobreza negra, uma pobreza invisível, a pobreza do vizinho marginalizado e oprimido no seu próprio jardim. Onde, no entanto, o meu primeiro professor de escola primária era negro, onde os meus primeiros companheiros infantis foram meninos negros, onde partilhei de um banquete clandestino quando uma praga de gafanhotos, ao mesmo tempo que devastava os campos plantados, serviu para um enorme guisado que um grupo de negros esfaimados, talvez num acto generosamente subversivo, me deixou saborear com eles, todos nós acoorados em volta do caldeirão a fazermos estalidos apreciativos com a língua. Excepto que, para eles, como então eu não teria podido perceber, essa talvez tivesse sido a última refeição antes da mortífera fome prenunciada naquele descampado coberto de gafanhotos ressequidos.

Reconheci, no Portugal que vi na Europa, a pobreza negra que não tinha visto em África. E que outros portugueses não viam em Portugal. Em 1961, no início das guerras coloniais, Portugal era o país mais pobre da Europa ocidental. E Angola, para só mencionar uma das suas então coló-

nias, era o segundo maior produtor mundial de café (como já não é), tinha diamantes (como ainda tem), produzia petróleo (como ainda produz). Se a motivação económica de haver colónias é enriquecer as nações colonizadoras, isso não tinha acontecido em Portugal. E se a justificação moral de haver colónias é beneficiar os povos colonizados, isso também não tinha acontecido à vasta maioria das populações africanas administradas pelos portugueses. As colónias serviram as tradicionalmente parasitárias elites económicas em Portugal e criaram novas elites parasitárias nas colónias. O povo — «o povo povo», como diria Almeida Garrett — tinha sido excluído das suas respectivas nações. A principal fonte de riqueza de Moçambique era a exportação de mão-de-obra. Uma das principais fontes de riqueza em Portugal era também a exportação de mão-de-obra, as remessas bancárias dos emigrantes. Quando as colónias se tornaram independentes de Portugal, também Portugal se pôde tornar independente das colónias. E assim foi durante algumas décadas de visível prosperidade quando, no entanto, mais uma vez, não se criaram em Portugal estruturas económicas estáveis e uma base sustentável de prosperidade. Mesmo assim, se hoje em dia os portugueses se vêem de novo forçados a emigrar, antes o façam como doutores do que como analfabetos. Apesar de tudo, houve um progresso. Digo isto sem ironia, mas com muita pena.

Em 1991, pouco antes desse encontro de escritores em Maputo eu tinha publicado um romance — em que articulo factos e ficções — intitulado *Partes de África*. Que foi imediatamente acolhido com entusiasmo no Brasil e que foi virtualmente ignorado em Portugal. No Brasil, além de ter tido boa cobertura na imprensa, rádio e televisão, e um lugar de destaque numa Bienal do Livro, foi profusamente analisado por alguns dos mais prestigiosos professores brasileiros de literatura portuguesa, e já se fizeram sobre ele dezenas de teses universitárias. Fora do Brasil, foi, por exemplo, generosamente comentado por Claudio Guillén em Espanha, analisado e traduzido para inglês pelo titular da Cátedra de Estudos Portugueses em Oxford, Philip Rothwell, publicado também em tradução alemã e, em tradução italiana, foi acompanhado por dois notáveis estudos dos professores Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi da Universidade de Bolonha. *Partes de*

África terá sido, nas suas convergentes opiniões, um dos primeiros — talvez o primeiro — romance português escrito de uma perspectiva póscolonialista. Em Portugal, antes de ser publicado pela Editorial Presença (que a partir de então tem sido a editora de virtualmente todos os meus livros) foi rejeitado por outra editora, a Dom Quixote, que aliás também tinha recusado publicar José Saramago. Ao menos nisso estou em boa companhia...

Não menciono estes factos para me congratular ou para me lastimar, mas porque me permitem sugerir que uma perspectiva ideológica póscolonialista só pode resultar de um processo de emancipação psicologicamente difícil e geralmente lento. As minhas circunstâncias pessoais talvez tenham tornado esse processo comparativamente mais fácil e mais rápido para mim. E também certamente o facto de, tanto o meu republicano avô maçon quanto o meu circunspecto pai cumpridor das leis, cada um à sua maneira, terem sido homens bons, que genuinamente trabalharam para o benefício das populações africanas sob a sua jurisdição. Depois de ter estado instalado, em governativo esplendor, na Ilha de Moçambique, o meu avô foi punitivamente transferido pelo Estado Novo para uma zona mortífera de Angola. Depois de ter sido Administrador do Concelho de Lourenço-Marques, o meu pai foi gradualmente promovido a cargos superiores e prosseguiu a sua carreira colonial na Guiné, em São Tomé e de novo em Moçambique, até poucos anos antes da independência.

Partes de África é, em grande parte, a consequência das minhas amigáveis querelas com o meu pai. É um livro de reconciliação. Mas creio que só o teria podido escrever depois da sua morte. Como também só depois de Portugal ter deixado de ter colónias. Há uma passagem que sintetiza as nossas recorrentes discordâncias. Escrevi o seguinte:

... as nossas discussões tornaram-se ferozes, dizíamos um ao outro o que seria imperdoável se alguma vez tivesse sido necessário perdoar. Continuaram até ao fim da vida dele, embora nos últimos anos em parte porque não tê-las o teriam feito sentir-se nem sequer com passado. Ou assim julgava eu, por julgar que tinha ganho. Mas antes, ao longo dos anos, o meu tema favorito e infinitamente modulado em variações só um pouco mais

subtis, é que ele era o polícia bom que alterna com o mau, o médico que vai remendar o prisioneiro antes da próxima sessão de tortura, a justificação moral da imoralidade do colonialismo. E ele perguntava-me o que é que eu e os outros como eu, expatriados dentro e fora do país, tínhamos conseguido fazer por quem quer que fosse com a nossa superioridade moral. Ele alimentara populações, vestira-as, educara-as, protegera-as quando precisaram de protecção, abriu estradas, fizera escolas e hospitais, contribuíra pessoalmente para poder vir a haver os novos países a haver. «E tu?, que nem sequer podes ir à loja comprar pão na língua em que dizes ser escritor porque preferes viver num país em que outros, piores do que nós, te toleram por inofensivo?» Parávamos quando o tom começava a corresponder às palavras, mais amigos por termos conseguido parar, mais cúmplices pelo pânico que tínhamos gerado em quem tivesse calhado ouvir-nos e, incrédulos da tolerância dele mais do que do meu atrevimento, logo nos via calmos e sorridentes, whisky na mão, assiduamente concordando a pretexto de qualquer trivialidade — marcas de carros, misturas de café — que servisse de sinal de tréguas até novo recontro...¹

Mas, tivesse sido assim ou não, quando escrevi *Partes de África* Portugal ainda estava dominado pela ressaca da guerra colonial, manifestada em obras tão importantes quanto foram as de António Lobo Antunes, de João de Melo ou de Lídia Jorge. E o Brasil já havia muito se tinha emancipado do seu passado de nação colonizada. Actualmente, notáveis escritores portugueses mais jovens, como por exemplo Dulce Maria Cardoso e Vasco Luís Curado, revisitaram o passado colonial português de uma inovadora perspectiva póscolonial. E os estudos fundamentais de Margarida Calafate Ribeiro preservam a memória do passado naquilo em que esse passado se tornou no nosso presente. Mas isso ainda não tinha acontecido quando escrevi *Partes de África*.

Noutro encontro de escritores — no Brasil, com o título *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa* — pediram-me que fizesse um

¹ Pp. 56,57.

comentário sobre esse meu romance. Também participaram no encontro José Saramago (que aliás nunca escreveu sobre as colónias ou sobre a guerra colonial, sem por isso ter sido menos póscolonialista) e a congenitamente póscolonial escritora caboverdeana Orlanda Amarílis. Vou reproduzir aqui uma parte do que então disse para chegar ao que ainda talvez possa dizer sobre as questões levantadas pelo livro. Comecei por fazer, como agora, algumas considerações sobre a contrastante recepção do livro no Brasil e em Portugal, acentuando o seguinte:

Na verdade acontece que o meu romance *Partes de África*, que em Portugal causou alguma perplexidade quando não mesmo um certo desconforto, está a ser estudado sobretudo no Brasil. Haverá várias razões para que assim tenha acontecido e não me compete avaliá-las. Direi apenas que, se a atenção crítica brasileira me lisonjeia, a perplexidade portuguesa também não me desagrada, por ambas sugerirem que de algum modo terei alcançado nesse livro o meu propósito de significar a diferença dentro da semelhança e a semelhança dentro da diferença. Creio aliás que, em termos abstratos, é esse o tema central do livro, manifestado na sua estrutura, nas relações entre várias personagens, nas referências a outras obras e, muito especialmente, nas articulações entre o factual e o fictício — o recordado e o imaginado — ou seja, entre a História e a Literatura.

E, depois de comentar mais amplamente as semelhanças e diferenças entre a imaginação e a memória, ou entre a Literatura e a História, resumi as características do livro nos seguintes termos:

A organização estrutural e estilística que escolhi em *Partes de África* — ou, mais propriamente, que a minha matéria literária me foi fazendo escolher — resultou, muito esquematicamente, nas seguintes características: um tratamento ficcionalizado das situações e das personagens. Capítulos breves contam episódios auto-suficientes, cuja justaposição determina uma sequência cronológica que corresponde à idade do autor, aos últimos cinquenta e tal anos do colonialismo português e envolve três gerações

da família do autor. Personagens verificavelmente reais entrecruzam-se com personagens provavelmente fictícias, e acontecimentos históricos factuais com situações imaginárias. Incorpora um fragmento de romance atribuído a uma personagem, o qual por sua vez é uma transposição para a Lisboa salazarista de outra ficção; dois poemas; um relatório colonial atribuído ao pai do autor; uma comunicação do próprio autor a um colóquio universitário no Rio de Janeiro. As partes africanas designadas no título incluem Portugal e não excluem o Brasil. A construção estilística integra fragmentos não identificados de frases de outros autores: Bernardim, Camões, Sterne, Stendhal, Garrett, Lewis Carroll, Machado de Assis, Cesário Verde, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa...

A obra termina em suspenso mas o último capítulo remete ao primeiro.

Memorialismo, autobiografia, História, metaliteratura? Não, apenas literatura, apenas ficção. Como qualquer romancista, contei histórias, verdadeiras e fingidas, sobre gente real e imaginada. E, como qualquer romancista, utilizei a minha própria experiência biográfica para poder contar no plano fictício onde a imaginação e a memória se encontram e mutuamente se fertilizam. Quando pessoas que conheci e acontecimentos que presenciei ou me contaram serviam a minha imaginação, utilizei-os como os recordava; quando a minha memória precisava de outras pessoas e de outros acontecimentos, inventei-os como os teria recordado. Se alguém que nunca existiu coexiste num romance com alguém que existiu ou, por maioria de razão, com o personagem biograficamente reconhecível do eu autoral que sobre eles está escrevendo, é porque todos eles se tornaram ficções, incluindo o personagem do eu autoral. Ou então, como estratégia de verosimilhança literária, todos se tornam reais. Poderia ter seguido a diversa estratégia literária de fundir várias personagens numa só, transpor vários acontecimentos para o mesmo lugar, e contar tudo na terceira pessoa para criar uma aparência de unidade e de objectividade, como num romance realista. Mas preferi justapor a continuidade fragmentada dos destinos colectivos à continuidade multifacetada do meu percurso individual. O que o torna ainda mais realista, porque torna patente a perspectiva autoral. Falei menos de

mim do que a partir de mim. Ocasionalmente intervim no que estava a escrever para explicar o como e o porquê do que estava a escrever. Mas as explicações nem sempre são verdadeiras. Tudo o que nele digo só é verdadeiro porque é fictício, mesmo quando me disfarço num eu autoral cujo disfarce é não se disfarçar. Falei de um mundo onde a retórica das verdades absolutas levaram a toda a espécie de tiranias e de monstrosidades, mesmo quando bem-intencionadas. Fui testemunha. Mas nunca me esqueci de que estava a falar agora, para outro mundo, um mundo sem a mesma retórica e sem as mesmas convicções mas onde equivalentes tiranias e monstrosidades também se tornaram em rotinas da indiferença quotidiana. No espaço autobiográfico entre esses dois mundos, a ironia substituiu a inocência e as interrogações substituíram as certezas. É, em suma, um romance do póscolonialismo cuja matéria é o colonialismo.

Assim disse nessa ocasião. Pois bem. E agora?

Agora — digo eu agora em conclusão — para que o póscolonialismo também se torne irreversível nas antigas colónias, é necessário que elas reconheçam, nos seus próprios termos, que só existem como os países independentes que são por terem sido as colónias que foram. As fronteiras nacionais de todos esses países são as fronteiras coloniais. As nações que houvesse no pré-colonialismo não teriam sido as nações que há no póscolonialismo. É disso significativo que, por exemplo, das várias etnias africanas que integram Moçambique só os macuas são exclusivamente moçambicanos. Todas as outras etnias extravasam as fronteiras póscoloniais da moderna nação moçambicana. Por outro lado, quando se observam as estruturas do poder político, em vários desses novos países, nota-se um corruptor predomínio de uma pequena elite económica e cultural sobre a vasta maioria da população. Que assim continua marginalizada. E sem a sua participação económica e cultural dificilmente poderá vir a haver um desenvolvimento salutar nesses países. Tal como não houve, e ainda não há suficientemente, no país de que foram colónias. As novas estruturas do poder nacional (incluindo a macrocefalia urbana em contraste com o empobrecedor esvaziamento do resto do país) parecem estar a exacerbar as estruturas do antigo poder colonial. Mudaram os governantes, que são agora exclusivamente nacionais,

como lhes compete, mas nem sempre mudaram as mentalidades. Por vezes parecem querer governar o seu país como se de uma colónia se tratasse. Até com manifestações de racismo que, lá por ser racismo anti-branco, nem por isso é menos racista do que o racismo anti-negro. Talvez que nessa geração de governantes africanos, que é dominantemente a velha geração dos antigos combatentes contra o poder colonial, ainda haja quem esteja a padecer de uma ressaca equivalente àquela que os seus antigos colonizadores, nestas partes de África que foi o Portugal colonialista, também manifestaram nas décadas subsequentes às guerras coloniais. Mas há também, cá como lá, novas gerações, com novas mentalidades já incontaminadamente pós-coloniais. Acresce, além disso, que o próprio póscolonialismo é um tempo de transição, não é o fim da História, porque a História só poderá ter fim se deixar de haver História. E assim talvez também — espero e desejo — as futuras gerações dos nossos respectivos países em breve já não precisarão de ser sequer póscolonialistas para poderem assumir um partilhado passado histórico no seu diferenciado presente nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO:

- | | |
|---|--|
| Helder Macedo, <i>Partes de África</i> , Editorial Presença, Lisboa 1991 | Phillip Rothwell, «Farewell to the Father: Metaphors, Triangles, and the Missing Ink in Helder Macedo», <i>A Canon of Empty Fathers: Paternity in Portuguese Narrative</i> , Associated University Presses, Massachusetts, 2007 |
| «Dossier: <i>Partes de África</i> », <i>Remate de Males</i> , 12, UNICAMP, Campinas, SP, 1992 | «Parti, pater, patria: <i>Da qualche parte in Africa</i> e il Portogallo dopo l'impero» & «Il Portogallo che avrebbe potuto essere e che non è: Helder Macedo, l'autore e l'opera», Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi (prefácio & posfácio); Helder Macedo, <i>Da Qualche Parte in Africa</i> (tr. Chiara Magnante e Agnese Soffritti), Edizioni Diabasis, Bolonha, 2010 |
| <i>Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa: Helder Macedo, José Saramago, Orlanda Amarilis</i> (org. Tania Franco Carvalhal e Jane Tutikian), UFRGS, Porto Alegre, 1999 | |
| <i>A Experiência das Fronteiras: leituras da obra de Helder Macedo</i> (org. Teresa Cristina Cerdeira), EdUF, Niterói, 2002 | |
| Claudio Guillén, «Helder Macedo: literatura y inteligencia», <i>De leyendas y lecciones</i> (Siglos XIX, XX y XXI), Crítica (letras de humanidad), Barcelona 2007 | |

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

A P R O P Ó S I T O D E C O L Ó N I A S

Em princípios de 1945 tomei o pacote de África e, depois de ter adquirido um capacete em S. Tomé, desembarquei em Luanda. Melhor dizendo, ao largo da cidade que ainda não tinha cais, e acostei a bordo dum gasolina, rente às obras do porto, onde negros enfaixados de serapilheira e luzentes de suor acarretavam pedras enormes.

Assim foi para um jovem saído de Histórico-filosóficas.

Hotel Avenida, aliás o único decente da cidade, entradas no Rumba-Bar (por que era conhecido o Palácio do Governo geral, então a cargo dum comodoro da Armada), noitadas no bar da Restinga, boa conversa na tertúlia do Dr. Videira, alguns involuntários «bridges», de convite, dias inúteis de escritório, estadas na fazenda de assucar do Bom Jesus, viagens às fazendas de café do Golungo e pelo interior das terras, a visitar casas de comércio branco a comprarem algodão cultivado pelos pretos e a vender-lhes o necessário e o supérfluo de óculos para o sol; e a ver pagar aos chefes de posto tanto por cabeça de indígenas obrigados ao «contrato», com recomendação oficiosa de Luanda, compensada também. E uma longa viagem a Cabinda pelo Maiombe dentro... Disso tudo tirei alguma leitura que me permito citar.

Este texto que me pedem é feito de experiências e não de opiniões. No caso, a única que tive foi quando escrevi, em 1975, que tínhamos colonizado mal e descolonizado pior. Fui muito criticado por isso, por uns e por outros.

Da colonização tenho a experiência dita, que me deu assunto senão inspiração para um romance escrito logo em 1947 e publicado em 1949, pelo Castro Soromenho, numa editorial brasileira de que dirigia a sucursal portuguesa. Teve elogio de Jorge de Sena numa longa crítica então publicada (e de Eduardo Lourenço, para a 3.^a edição, de 1982) mas, tendo sido um resumo destinado à revista *Ver e Crer* (de Mário Neves e José Ribeiro dos Santos), que assim regularmente distinguia romances recentes, proibido pela Censura, e supondo isso ameaça de apreensão do livro pela Pide, ele foi retirado de venda e embarcado para o Brasil. Uma 2.^a edição, feita na Arcádia, por iniciativa de Fernando Namora, saiu em data do desencadeamento da Guerra Colonial e, estando eu em Paris, recebi aviso de amigos para que não regressasse. Mas não foi dessa...

A 4.^a edição, em 2005, na Imprensa Nacional (clássico «oblige»...), inclui uma adaptação cinematográfica planificada que já em 1949 fizera e que ficara inédita, numa gaveta. Houve entretanto, interesse por levar ao ecrã a *Natureza Morta*, por duas vezes, até com um contrato firmado — mas sem consequências. Que nem em Portugal nem em Angola tal filmagem se poderá (ou poderia?) realizar. O que tem que ver, obviamente, com o colonialismo e descolonialismo, tema desta conversa.

Natureza Morta (permito-me informar ou lembrar) conta de uma lisboeta que casa por procuração com um gerente de fazenda africana e vai viver o pior, num destino cruzado com o dum negro batido e suicidado por castigo de se ter queixado de fuba podre dada em alimentação. A fazenda, conheci-a bem (fiz mesmo o seu levantamento cadastral), a sua gente também, a protagonista imaginei-a; de um caso de fuba podre, soube. Da Júlia, muito mais tarde contei do seu regresso a Lisboa (ou Oeiras), já viúva.

Na minha altura angolana, escrevi ainda alguns contos, da chegada de um colono neófito (via-os chegar eu...), numa fazenda abandonada na Muchaúla (com piano que ficara apodrecendo na casa — que vi em viagem), de um velho que conheci, fascinado, no Maiombe, depois de uma catástrofe a que assistira. Tudo experiências havidas... E também contei de uma baixela (publiquei no Brasil) que, em visita ministerial (de Marcelo Caetano, em 1945) era enviada para as sedes do interior para enobrecer as

recepções oficiais, e que (ideia minha!) ficou pelo caminho, numa avaria da camioneta... Tal era prática corrente: o Otelô Saraiva de Carvalho confirmou-o em público, numa conferência minha, recente, porque, jovem tenente, tivera tal encargo, na Guiné. Não fui, porém, capaz de acabar uma peça de teatro passada num hotel pobre e triste de N'Dalatando...

... Esta a África que conheci, algo privilegiado socialmente, é claro. Mas certo foi que, já regressado, fui corrido da sinecura do conselho fiscal da Companhia, à publicação do romance.

Meio século depois (quando me interroguei sobre o destino da Júlia da *Natureza Morta*), publiquei ainda dois contos de África: um episódio da guerra no mato (de que me envergonho, por não ter estado em Angola assim e não ter direito de o fazer!), e um outro vendo (e também o Ricardo Coração-de-Leão do meu romance de 2007), no passeio ocidental do Rossio, nos tempos seguintes à descolonização de 1975, tantos homens retornados, de olhar vazio e passos inúteis... Já os vira, no verão dramático, desembarcar em Armação de Pera onde eram recolhidas famílias regressadas em aflição... E ainda há pouco (se não ainda hoje) é no passeio oriental da praça, e pelo terreiro do palácio Almada, que se vêem os outros, os naturais negros das colónias, entre eles se falando ou calando. Haverá literatura deles? Aliás, no palácio tinham abrigo os soldados estropiados na guerra.

Colonizámos mal e descolonizámos pior, será?

Alguém terá sabido como fazer, entre as ideias unionistas de Spínola e as de Miller Guerra que, por lhas ter oposto, não foi o primeiro-ministro da II República? Mo contou ele. Aliás, as primeiras declarações da Junta de Salvação Nacional na manhã de 26 de Abril, foram omissas sobre a guerra colonial.

Alguém teria podido fazer algo antes?

É por outra experiência, de historiador (muito atento isso sim, às artes como elemento sempre componente — mesmo que sem a exigência de Diderot), que posso lembrar várias passagens de outros livros meus. Experiência indirecta, se diz, que, como perguntava o Eça ao Oliveira Martins se «estava lá, se viu», é por ouvir dizer ou ler que se pode saber nesta experiência fabricada em que tenho também andado. Assim, numa

história de Lisboa «física e moral», em 2008, dei conta de uma «Praça dos Escravos», ribeirinha, nas urbanizações manuelinas. Esses escravos, trazidos de África (ou do Congo), enxameavam Lisboa, conforme testemunhos de viajantes e sabe-se que podiam dar assassinos a soldo, pela Lisboa barroca dentro. Lamento não saber, por falta de estudos apropriados, a percentagem de mão-de-obra negra na reconstrução de Lisboa, quando foi caso disso, após o Terramoto; mas será importante sabê-lo.

Um *Guide* alemão de 1793 informa que um quinto da população era então negra ou mulata, de escravos ou cruzamentos populares (e não só), que vieram a dar, em empregos de casa ou de rua, uma pequena população complementar e mais ou menos assimilada (ou assimilável), pelos princípios de Oitocentos — com estatísticas duvidosas para uma sociologia que se pretende estabelecer, pelos bairros da capital.

As imagens de costumes populares, de L'Evêque, Delerive, Doumet ou do Godinho, não fazem menção de negros — ou só, que eu notasse (e pude expô-las numa vasta mostra de «D. João VI e o seu tempo», em 1999), uma mulher carregando o lixo (?), de Doumet, cerca de 1806. Mas aias havia nas casas nobres ou burguesas, e continuou a haver, vindas, indirectamente e já do Brasil, a maior parte das vezes, por importação familiar.

A pintura não foi aberta a modelos negros e o quadro do realista Lupi, cerca de 1880, provocou escândalo...

A literatura também não, e, em 1868, o *Mário* de Silva Gaio, levando o seu herói a África, em simpática deportação política, põe pela primeira vez em cena (notei-o, escrevendo sobre o Romantismo cem anos depois — mas creio que sem eco maior no caso) um negro «ser estúpido, selvagem, colocado no último degrau da escala humana», que se dedica ao herói branco, «a luz do espírito que descia sobre o negro»...

Em 1851, porém, Fontes fizera criar um Conselho Ultramarino, cinco anos depois fundou-se uma Associação Promotora da Civilização em África (terá sido entretanto estudada?). D. Pedro V pensava, em 1855, que talvez nas colónias se encontrasse a salvação da pátria...

Em 1853 apareceram duas traduções da famosa *Cabana do Pai Tomás*, e três anos depois terminou o processo da abolição da escla-

vatura nas possessões portuguesas, iniciado em 1836 por Sá da Bandeira que inspirou, em 1839, ainda Livingstone não partira para as suas explorações, uma Associação Marítima e Colonial (que suponho também não ter sido estudada). Um Banco Ultramarino, uma Sociedade de Geografia (a propósito: salvem-lhe agora o direito de arrendamento ameaçado pelas novas leis), a Casa Africana, com o seu preto da minha meninice... — foram sinais de meados do século, ao final do qual, Eça de Queirós para lá simbolicamente atirou o seu triste Ramires, para redourar o velho brasão, acrescentando-lhe, porém, ao regresso, um casamento rico...

Em outro trabalho, já de 2014, abordei várias Áfricas, através da prosa do meu Conselheiro Adalberto. Foi o tratado de Lourenço Marques, tão fatídico, em 1879 (que já vira nas revistas de Bordalo), foi o *Delenda Albion* de Lopes de Mendonça (sempre ela, a pérfida...), foram os regressos festejados de Capelo e Ivens (e o seu *De Angola à Contra-costa*) e de Serpa Pinto, em 1885 e 86, e deste outra vez, em 1890 — no triste ano do Ultimatum. Pobre Conselheiro Adalberto nas suas padecidas *Memórias!*... Acompanhei-o então nos seus comentários e nas suas queixas coesamente vividas.

Mas, em 1998, dei-me a examinar o ano então secularmente comemorado e foi o centenário da Índia de Vasco da Gama; mas também o regresso laureado de Mouzinho, e a sua desgraça político-colonial. E nesse ano abordado de 1898, também, ao fim esteve a grande sorte diplomática, de D. Carlos e do Soveral, *Moçambique in extremis* intitulei o capítulo. «A África só servia para nos dar desgostos», e só era «boa para vender», lia-se na *Ilustre Casa de Ramires*, e a opinião do «vendamo-las», de Ramalho Ortigão, de havia então trinta anos, ressoava ainda, no acordo feito a expensas dos boérs. Que, aliás, Mouzinho sonhou ir defender, de espada em punho, num comando de tropas...

E lembro-me bem, igualmente, do patriotismo colonialista de Rafael Bordalo, que estudei nos seus desenhos fundamentais da vida nacional. Era, aliás, a posição dos Republicanos. E continuaria a ser ainda a meio do século xx...

Na minha experiência «de visu» não posso incluir a Exposição Colonial do Porto, em 1934, obra do então tenente Henrique Galvão, mas assinalo (como já o fiz) que ela não teve a anunciada repetição em Lisboa, no ano seguinte. Em 1936, sim, visitei no Parque Eduardo VII, a exposição do «Ano X» da dita «Revolução Nacional», onde a parte colonial era mínima, em metade só, de uma das nove salas de arte e documentação. Nem uma pintura lhe foi dedicada, entre muitas. Mas saiu então, da imaginação fértil de Henrique Galvão, para proveito de todas as escolas do país, um mapa da Europa totalmente coberto pelas superfícies das colónias portuguesas — que «Portugal não é um país pequeno»!

Em 1940, sim, muito andei pela Exposição do Mundo Português que foi programada por Salazar, numa notável realização artística, com os melhores arquitectos, pintores e escultores a colaborarem. A África entrava historicamente de várias maneiras, por ilustração de uma ideia que, pensada em 1938, tivera, entretanto, uma guerra, já de anúncio universal, a pô-la em causa. Cidade de História em sítio de Paz, ela ergueu-se «grande cemitério» (Saint-Exupéry) de «gente sem idade» (Simone de Beauvoir)...

Nela, as Áfricas eram o que eram, ou tinham sido, reflectidas no grande lago da praça central, «do Império» (ainda hoje), que os brasões das famílias dos navegantes e conquistadores rodeiam heraldicamente.

Mas, a uma ponta, as «aldeias indígenas», mesmo que pitorescamente, davam a ver outra África para ali trazida e ficticiamente aldeada. Torpemente, se pensará, que não então...

Tive ocasião (ou ocasiões, que também o fiz em cenário de romance) de estudar o magno empreendimento, que foi momento simbólico da história de Lisboa.

Nos *Anos Vinte* (quando os estudei em 1992) interessou-me especialmente a «era Alves Reis» — que foi de meia dúzia de anos emocionantes, em Angola e Metrópole. E ainda hoje se pode (ou deve) discutir o caso financeiro, à luz do jogo contínuo das bolsas mundiais! Que então António Sérgio tenha oposto, em ensaio fundamental, as políticas de «fixação» e de «transporte» — que nos serviu isso até hoje em que, sem já contarmos com a segunda, temos as mesmas dificuldades de assegurar a primeira?

Depois, abordando (em 2010 e 12) os *Ano X* e o *Ano XX* do Estado Novo, comemorados em 1936 e 1946, fui levado a analisar «O Império Colonial» — a começar na 1.^a Conferência Imperial de 1933, aberta com o discurso de Salazar sobre a «unidade jurídica política a caminho da unidade económica». Desse ponto de vista nunca o Chefe se apartou até ao fim da sua vida, reagindo logo a fanfarronadas do Duce ou ameaças veladas do III Reich, e esforçando-se por obter, enfim, garantias do «Foreign Office» de Eden, no fim de 1936. Referi então o *Acto Colonial* de 1930, em 1933 primeiro Decreto-lei do Estado Novo, o Salazar ministro (interino, por assim desejar) das Colónias, a 1.^a Conferência Imperial de 1933, a Carta Orgânica do Império Colonial do mesmo ano, um Conselho dele e logo depois a Exposição do Porto, com mais Congressos coloniais de Agricultura, Antropologia, Militar, Ensino, Colonização, e uma Semana das Colónias vivificada, que vinha de 1927, como uma Agência Geral das Colónias e a Escola Superior Colonial, então em primeira reforma.

Houve também um cruzeiro de férias para universitários tomarem (com Marcelo Caetano) conhecimento das colónias, e um cruzeiro aéreo em missão de soberania, mais ou menos tecnicamente bem-sucedido. E ainda, em 1936, foi criada a Junta de Investigações Ultramarinas, houve uma conferência de Altos Estudos Coloniais — e uma 1.^a Conferência Económica do Império Colonial Português que Salazar abriu, considerando os seus problemas como «grandes problemas nacionais». «Que se seja patriota por necessidade quando se não é por disciplina ou virtude» — foi a lição final. Grandes palavras!

Uma Exposição Histórica da Ocupação no século XIX, teve em 1937, endereço internacional, como, depois, o Congresso Histórico da Expansão dos Portugueses no Mundo. E o Presidente Carmona foi embarcado em viagem de soberania, em 1939 regressando incólume, havendo guerra: e por isso teve «Te Deum» na Sé.

Em 1946 (continuo a lembrar que falo só de experiência, aqui de historiador) estava-se em pleno período de descolonização mundial, marcada pela conferência de Brazzaville de 1944, e já pelas cedências da Inglaterra (ou seja do Império, esse sim, britânico), da França, da Holanda, obviamente da

Itália, e da Bélgica — onde o Congo, dado inicialmente ao rei Leopoldo II, ao seu dono valeria a primeira acusação de «crimes contra a Humanidade». Que muitos outros, ainda recentemente, tem havido no Continente! «Common Weath» e «Union Française» eram situações do mal o menos, que à visão política de Salazar não podia convir moralmente — mesmo que, já em 1945, no Norte de Angola houvesse distúrbios (e deles ouvi eu discutir em Luanda). O ministro de então, Marcelo Caetano, andou cinco meses em viagem de soberania (e cruzei-o em Luanda, e a Henrique Galvão, inspec-tor superior das Colónias e seu inimigo jurado); publicou um *Memoradum*, sobretudo relativo a Moçambique e à África do Sul — que não foi distri-buído, não valendo muito a pena da leitura...

Caetano quis deixar a pasta pouco depois — tendo embora declarado à imprensa britânica que a colonização era geralmente «próspera», não havendo nela (que havia, vi-os eu...) «poor whites» — que também havia na Metrópole, em bairros da lata da capital... A *Seara Nova* pode criticá-lo então, discretamente é certo — mas significava isso autorização de Salazar via Censura...

Várias reformas e acções se registam então: Direcção Geral de Ensino, Gabinete de Urbanização Colonial, incentivo a instalações industriais, uma Carta Orgânica do Império Colonial, nova designação de «Províncias Ultramarinas», mas Ministério do «Ultramar» só em 1951 — e Estatuto do Indígena só em 1961, nas vésperas da guerra anunciada. Que foi em 1962, no ano em que a França resolveu o problema da Argélia.

Neste período candente, perante a ONU e os Estados Unidos, nas per-turbações políticas internas de ao fim da guerra, Salazar, dirigindo-se à sua União Nacional, em Fevereiro de 1946, só uma vez falou em «Império», e, em Novembro, na 2.^a Conferência do partido, o tema foi omitido. Importa avaliar tal posição (ou situação), observando que na 1.^a Conferência, em Novembro do ano anterior, Salazar não consagrou mais de cinco minutos ao problema colonial. E importará saber porquê.

Do período de 1945-46 (ou de 1951, denominação do Ministério do «Ultramar» — que os nomes, sabe-se na História, têm poder ideológico senão encantatório...), até à eclosão da guerra, em 1962, não tenho eu

experiência directa ou indirecta de historiador. Ou só posso lembrar conversas ocasionais em Paris, cerca de 1960, quando lá vivi, com o «embaixador» de Angola Câmara Pires (que conheci através de Castro Soromenho exilado). E de lá terá feito discutir o projecto de «Comunidade de Estados Portugueses» que Jorge de Sena, exilado no Brasil, publicou em 1960, no jornal de S. Paulo *Portugal Democrático* — isso com largas menções na nossa *Correspondência* editada em 2007.

De outra experiência minha falo, ao termo desta comunicação, de espectador ou leitor. Mas cumpre-me, antes, lembrar duas outras, de anos 1980.

Foi então (1984) que, no Centro Cultural da Fundação Gulbenkian, que dirigia em Paris, organizei, com os Professores J. M. Massa (da Universidade de Rennes) e Manuel Ferreira (da Faculdade de Letras de Lisboa), um colóquio sobre «Les Littératures africaines de langue portugaise» (que foi editado), com 72 colaborações e participação oficial de S. Tomé e Guiné — não tendo, infelizmente, Luandino Vieira tido autorização para sair de Angola... Ainda então, sendo presidente da AICA (Association Internationale des Critiques d'Art, ONG da Unesco), fiz fundar em Luanda uma secção, primeira em África, desta instituição, que, na verdade, não deu mais sinal de vida.

Se as artes e letras são sinais incontornáveis da situação histórica, às obras de Eduardo Malta, ilustrador mavioso da Exposição Colonial de 1934, devemos opor a pintura de Malangatana — a quem fiz dar o prémio nacional da AICA em 1997. No cinema, o *Feitiço do Império*, do Lopes Ribeiro, em 1939, foi, na medida do possível da Censura, troçado por Roberto Nobre n' *O Diabo*, ao reparar que o bom sucesso do colono, fiel protagonista, fora somente devido à Sorte-Grande que lhe saiu — o que, para justificação colonial... Do mesmo, *Angola, uma Nova Lusitânia* (quem ainda o terá visto, em 1944?) não «pegou», nem o falhado *Chaimite*, de Brum do Canto, em 1953, que incensava Mouzinho. Valerá a pena opor-lhe a *Costa dos Murmúrios* de 2004, tirado do romance de Lídia Jorge, de 1988 (é claro que tenho pena da minha não *Natureza Morta*...) e aos romances de Henrique Galvão, o *Velo D'Oiro*, premiado oficialmente em 1933 (com mais dois, inferiores, em trilogia) deve opor-se a excelente *Terra*

Morta de Castro Soromenho, proibida em 1947, e o notável *Luuanda* de Luandino Vieira — que, em 1965, desencadeou tão enorme escândalo de violência policial...

Colonizámos mal? Mas a colónia de S. Tomé deu o último marquês à Monarquia, dito de Val-Flor, e riquíssimo de sua roça de cacau!

Descolonizámos pior? Mas Moçambique passou a fazer parte do «Common Wealth» e Angola produziu a mulher dita, actualmente, a mais rica de toda a África, na pessoa da filha do presidente em posto desde 1979; e Macau alcançou uma importância, em jogos de azar, quatro vezes a de Las Vegas!

A França continua sociologicamente a viver uma culpabilidade pós-colonial, perseguida pelo «fantasma da Argélia colonial», (meio) incapaz de «digerir a descolonização», como lá se diz. E o racismo continua a estar no «coração da América», cento e cinquenta anos após a abolição da escravatura, embora a sua denúncia tenha produzido, em 2015, um «best seller» record, e com o maior prémio literário nacional — à sombra de um presidente afro-americano.

Racismo havê-lo-á em Portugal? Teremos, nós, também, fantasmas no armário? Alguém poderá ter opinião, estaremos nós presos, ainda, e sem anacrónicos arrependimentos que têm feito moda, nas «malhas que o Império tece» — já não havendo máquinas domésticas para as apinhar?

Jarzé, Janeiro 2016

DEBATE



NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

As intervenções dos quatro conferencistas trouxeram-me à memória algo longínquo: sou neto de um administrador colonial, sou filho de um militar que fez quatro comissões em África, nasci na Guiné, vivi a minha adolescência em Moçambique e portanto sou, de certa maneira, filho dessas malhas que o império tece e isso veio-me à memória com esta sessão. Como disse o Professor Helder Macedo também eu, na minha infância, não senti culpa; essa culpa vem mais tarde quando começamos a tomar conta de outras realidades mas eu julgo que uma das funções dos estudos pós-coloniais, ao trazer o conhecimento dessa realidade, é também libertarmo-nos dessa culpa. Porque, de facto, uma coisa é o pós-colonialismo como disciplina que vem dos Estados Unidos, o pós-colonialismo como estudo, e outra é o pós-colonialismo como atitude, como vivência e essa vivência pós-colonial exige de nós, pelo menos, duas coisas: que nos reconciliemos com o nosso passado, que o saibamos assumir e que saibamos relacionarmo-nos com ele e isso significa simultaneamente reconciliarmo-nos com o outro. Mas isto é tanto verdade para o colonizador como é verdade para o colonizado e penso que, nem de um lado nem de outro, este processo está nem de perto nem de longe concluído. E penso que estas «novelas» que se aludia há pouco das relações com Angola mostram-no muitíssimo bem.

Apesar do nosso caso da abundante literatura e um pouco menos abundante filmografia sobre a guerra e sobre o retorno — que são dois fenómenos fundamentais para que nos possamos reconciliar com o nosso passado

e com esse outro — apesar disso, estamos ainda longe de termos atingido essa atitude pós-colonial embora para lá, penso eu que caminhemos.

Mas não foi para isso que a responsável por este encontro, a Maria João me pediu que falasse, foi sobretudo para poder a partir das comunicações que foram feitas lançar o debate entre os convidados. E permitam-me lançar duas questões a partir daquilo que foi dito nas quatro intervenções.

O Professor Adriano Moreira, logo no princípio chamou a atenção para que o resultado do colonialismo foi basicamente foi a constituição de um império euromundista. Olhando para esses resultados, o resultado que são os Estados Unidos da América não é igual ao da Colômbia e o resultado do Brasil não é igual ao do Canadá e por aí fora. Ou seja, a minha primeira pergunta que é para todos bem entendido, é se o resultado final de uma colonização tem a ver sobretudo com o colonizador, com as características do colonizador, tem a ver com o colonizado ou se tem a ver com a natureza da relação entre ambos.

A segunda questão encontra-se ligada a esta e é sobre o caso português. Vimos que em Portugal como nos outros casos houve escravatura, houve indigenato, houve trabalho forçado, houve uma série de factos que eventualmente são comuns a outros colonialismos mas será que o nosso é igual ao dos outros? Ou será que existe uma especificidade no colonialismo português que o torna diferente de os outros? Há uma excecionalidade portuguesa ou não? São estas as duas questões que eu levantaria para podermos abrir o debate.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

A partir das palavras sábias que acabámos de escutar eu acrescentava mais um tópico que sai muito do que aqui foi falado: a minha reflexão ia mais no sentido de que nós temos que sair do passado e seguir no mundo contemporâneo herdeiro de todos estes pós-colonialismos sem nos centramos só no nosso. Sair do passado porque nós nunca seremos capazes de avaliar a nossa História, nós temos aqui atores da História mas nós temos uma relação muito emotiva e inevitavelmente temos as pessoas, e os atos ainda estão muito próximos. Digo isto por uma razão simples: todos aprendemos na escola, todos nós acreditamos nisso e não temos quaisquer dúvidas de que um elemento essencial para sermos o que somos hoje enquanto ocidentais é a herança romana. A romanização é ensinada a todas as crianças da Europa como um processo bom. Mas foi? Os legionários romanos que aqui chegaram eram pessoas boas ou uns facínoras que violaram e mataram durante décadas e séculos? Mas não recordamos nada disso hoje: hoje estamos agradecidos e temos muito orgulho em ser da civilização de origem romana. Porque passaram 2000 anos e só recordamos os benefícios que trouxeram e não na forma ínvia, cruel como boa parte desses progressos foram trazidos naquele tempo. Todos nós gostamos dos romanos porque não tivemos que com eles conviver; também gostamos muito da herança árabe porque já passou ao lado, passaram há 1300 anos e temos a herança material mas não temos que contactar com o gume da espada árabe.

As memórias da guerra são sempre duras mas eu convido a que tenhamos ter um outro olhar e a perceber os fenómenos históricos em si sem

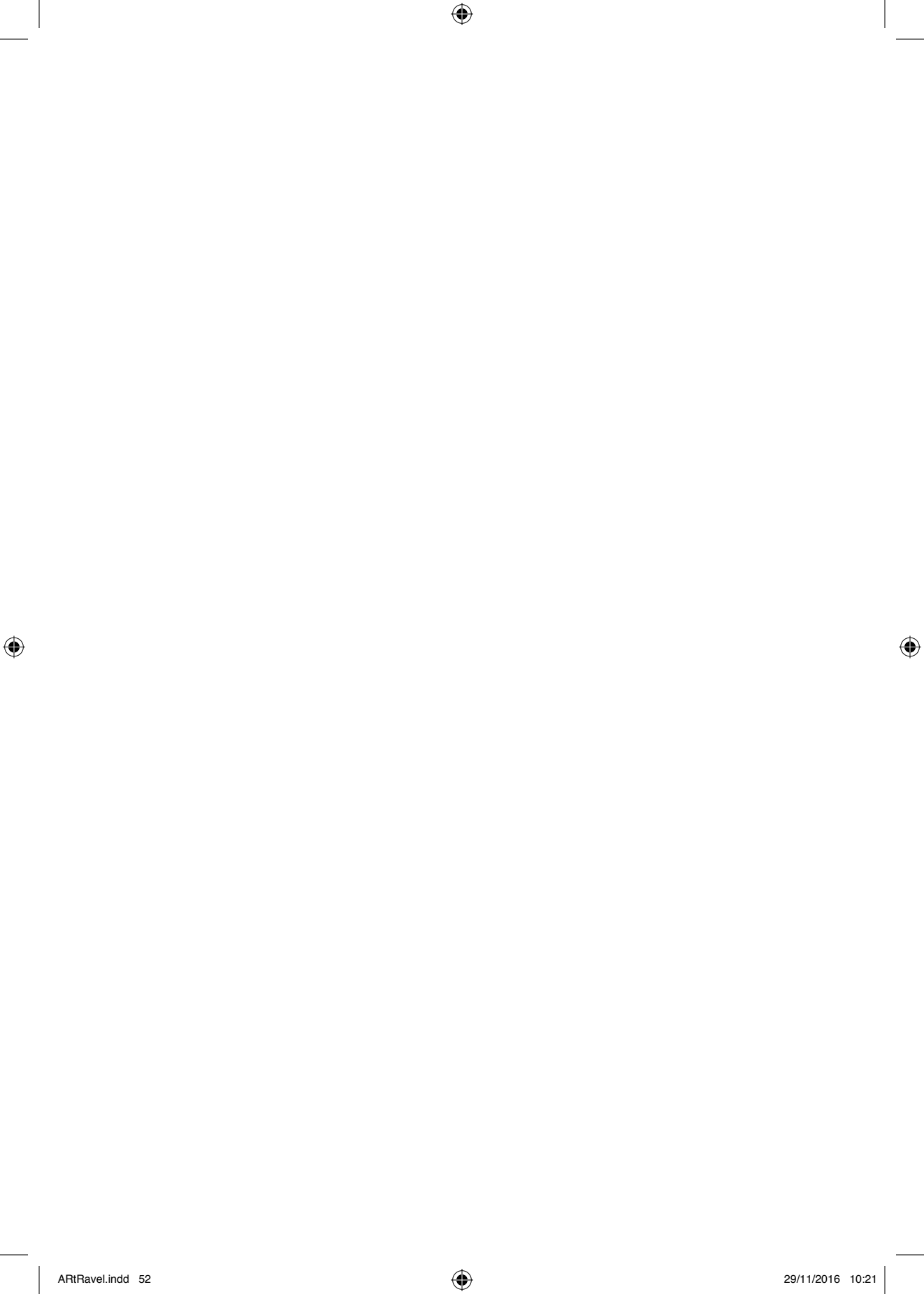
culpabilidades. Penso que a questão da culpa não faz sentido. Eu não me sinto culpado nem orgulhoso do passado. Sei que sou português mas não quero nunca por isso achar que os méritos dos portugueses do passado são os meus; eu sei é que isso me ajuda a ter uma noção de História, só isso. Creio que era importante que o mundo se tentasse despegar dessa culpabilidade, pois somos muito moralistas em relação ao passado esquecendo que, muitas vezes, o nosso presente é tenebroso.

Realçando o que disse o Professor Eduardo Lourenço gostaria de chamar a atenção para a questão da identidade e ao facto de considerar a guerra colonial como uma espécie de última cruzada. Esta identidade acerca do império é de tal maneira forte que, já em 1449 Piero Poggio Bracciolini, um dos maiores humanistas do seu tempo, elogiava o Infante D. Henrique pelos Descobrimentos, e que D. João V há 300 anos atrás quando enviou uma embaixada a Roma, o tema que podemos ver nos magníficos coches no Museu dos Coches mostram a metáfora do rei, que aquilo que D. João V quis dizer foi «Nós somos o primeiro império». E lá está o Adamastor com a pata portuguesa em cima dele, e lá está Lisboa capital do império e lá está a memória e, portanto, que há 300 anos que celebramos o império e lembrar para as questões da culpa de que até 1945 nenhum reforço da política portuguesa era contra o império: pelo contrário, já aqui foi dito também «triste ano 90 do Ultimato»; ainda hoje estamos zangados com os ingleses que nos deram Angola e Moçambique que não tínhamos, diga-se de passagem. É uma das coisas mais incríveis que a propaganda republicana de há 120 anos continue a funcionar perfeitamente e o senhor D. Carlos continue a ser massacrado por ter feito aquilo que devia que era ter aceitado o Ultimato inglês.

E para terminar lembro duas coisas: de tal maneira o império está entranhado, e por isso é que se foi tão facilmente para a guerra em 1961, porque todos os que foram para a guerra nessa altura tinham aprendido na escola que, de certa maneira, Portugal era maior do que a Europa — o célebre mapa *Portugal não é um País Pequeno* —, é lembrar um filme que o Estado Novo criou nos anos 40 de Novecentos. É um filme patrocinado e deixado passar pela censura sobre um golpe de Estado do PCP. Como

filme do Estado Novo é claro que o militante do PCP que devia de rebentar com a bomba que iria dar origem ao golpe de Estado arrepende-se, olha para a bandeira e arrepende-se, é inevitável, mas o que tem de interesse era qual era a forma como o PCP ia criar a revolta popular: e ia criar a revolta fazendo passar o boato de que Salazar ia vender Angola para fazer a Ponte sobre o Tejo. Repare-se a força que o império tem nos anos 40 mesmo junto de forças como o PCP. Este é que é Portugal que foi para a guerra colonial.

A História ensina-nos que não há nada universal no mundo, nós temos culturas diversificadas, aprendemos também que o facto de convivermos uns com os outros não significa que esses outros se entranhem na nossa cultura e portanto quando queremos que no mundo toda a gente seja uma coisa que achamos certa, quando queremos impor uma determinada demanda estamos a ser coloniais.



ADRIANO MOREIRA

Daquilo que ouvi vou atrever-me a chamar a atenção para pequenos detalhes que ajudarão a colocar a culpa de lado, bem como a compreender a diferença que há na tal relação com o fenómeno da colonização e a evolução da estrutura da política mundial que obriga a mudar o sistema.

Dito isto surgem duas questões distintas:

Como é que nós, Portugal, lidámos com a colonização?

Como é que a dependência da estrutura internacional obrigou Portugal a evolucionar?

E Portugal foi sempre um país que precisou de apoio externo. D. Afonso Henriques declarou-se súbdito do Papa, e obrigou-se a pagar 4 onças de ouro por ano, mas o cronista diz que nunca pagou por esquecimento muito bem lembrado.

Em seguida, precisámos da aliança inglesa e essa pagámos e nunca mais nos esquecemos como acaba de ser lembrado. E depois veio a questão do Império que nos obrigou a procurar outros apoios. Ora na questão do Império é preciso lembrar que houve pessoas, independentemente do regime, que perceberam que a estrutura internacional ia mudar e que o país teria que se adaptar à mudança. Fala-se sempre no capitão Henrique Galvão: o importante não foi o paquete Santa Maria; o importante não foi o relatório que nunca foi divulgado; o importante foi o discurso que ele fez na Assembleia da Nacional. Eu assisti, ainda jovem, e a sua intervenção foi de tal ordem que passados vinte anos, em que tive responsabilidades pessoais, tudo o que ele havia dito era verdade e a correção não foi feita.

Há outro homem que intervém: chama-se Botelho Moniz: ele percebeu que a estrutura ia mudar e, como sabem, houve um movimento que ele dirigiu e que só não triunfou porque era militar. Por quê? Porque estavam todos reunidos, o governo foi mudado, e os generais reunidos disseram «O Senhor perdeu a legitimidade para nos dar ordens» e foi tudo para casa. Se fosse um ministro civil dava ordens mas o que esse homem previu, penso eu, não foi atraiçoar o país: ele percebeu que a estrutura internacional ia obrigar a uma readaptação a que tantas vezes fomos obrigados a fazer. Mas também do lado civil: é pouco ignorado que o grupo de Margão, constituído pelos intelectuais de Margão, queria que a Constituição Portuguesa fosse federal para conseguir defender as fronteiras dos territórios e o que lhes interessava era que a União Indiana não ocupasse Goa. Isto deu uma querela política que implicou a demissão do governador que se opunha a tal facto e saiu em más condições, e impediu que um homem que tinha um pensamento nesta orientação muito avançado e percebia o que ia acontecer, chamado Almirante Sarmiento Rodrigues, tivesse os incidentes necessários para ser posto de lado. Sublinhe-se portanto que estes movimentos também existiram.

Em seguida houve o problema das Nações Unidas e nós não prestamos homenagem suficiente ao que foi a intervenção diplomática do embaixador Garin que ali aguentou, infatigável, pelo menos durante três anos para que fosse necessário perder um terço de votos de apoio para que as Nações Unidas condenassem Portugal; portanto ele queria ganhar tempo para que se percebesse que a mudança da estrutura internacional ia obrigar Portugal a modificar a sua política colonial.

Houve muita gente portanto que percebeu isto, contudo não conseguiram realizar essa intervenção, exceto quando começaram as sublevações: aliás, há um relatório das Nações Unidas que eu próprio assinei como delegado em que eu previ que naquela data — em 1961 — haveria uma sublevação. E depois, interrogado sobre a questão, «Como é que senhor adivinhou isso?», respondi: «Porque tive uma excelente professora de instrução primária que me ensinou a fazer contas e eu vi o número de países que ia entrar nas Nações Unidas e o ano em que perdíamos o tal terço que

nos protegia. A partir desse dia, como não tínhamos feito mudança de espécie nenhuma, começou-se a fazer à pressa o que há tanto tempo muita gente advogava e propunha e achava inevitável.

É preciso compreender, homenagear e respeitar a intervenção das forças armadas: aconteceu-nos como em 1914-18, foram sem meios suficientes mas sempre com a estratégia do saber, dar tempo para fazer as reformas necessárias, porque, avisou o General Camara Pina, estas guerras não se ganham, ganha-se sempre para os responsáveis políticos.

Aconteceu o que aconteceu. Houve o golpe de Estado e deu-se a Revolução que é quando muda o sistema e, em seguida, houve conflito de orientações que foram muito sérias.

A primeira das perguntas que vai ser a última das respostas é se não há diferenças na maneira como cada parcela do império euromundista agiu. Nós, que somos uns ingratos, esquecemo-nos que o Camões disse que a Europa era identificada pelos valores que Cristo tinha trazido à terra sendo Portugal a cabeça da Europa toda: ora ele sabia que nem todos falavam a mesma língua e que havia diferenças geográficas e outras, mas, acima de tudo, sabia que as diferenças não implicam a impossibilidade da convergência e eu julgo que foi o que aconteceu entre nós. O que é que nós somos afinal? Os nativos que estavam cá, herdeiros dos romanos, dos suevos, etc.? Somos uma mistura que faz uma unidade porque há comunhão de afetos. Aí a comunidade nasce. Reparemos que essa diferença tem um efeito curioso: é que, de todos os componentes do que chamo o Império Euromundista, a única parcela que criou uma CPLP chama-se CPLP. Mais nenhuma o foi capaz de fazer. Às vezes perguntam-me: «Mas então a Comunidade Britânica? Eu noto: Está-me a dizer anglo-saxónica? Porque são um povoamento anglo-saxónico porque é o que eles são». Connosco não, e isto liga-se a um outro problema fundamental: nenhum país, nem povo, nem organização deixa de ter circunstância e a Europa, frequentemente, dá ideia de não ter circunstância; é tudo cá dentro, é arco-íris e não pensam na circunstância. Ora Portugal pertence à União Europeia, é europeísta (e Camões percebeu isso muito bem), mas pertence também, e isso anda esquecido, às Nações Unidas, à NATO, ao

BIT, ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e acontece é que a Europa não reconhece que tem ambiente, tem circunstância, vive sozinha e pensa que principalmente precisa do Banco Central Europeu.

Ora Portugal tem janelas de liberdade e uma delas é a CPLP, a outra é a língua¹: quando saímos de Macau deixámos uma escola de português e hoje existem 15; no Japão, na Universidade Católica de Sofia há 4 cátedras de português. Agora qual é o defeito? A ideia da CPLP tem raízes portuguesas: acho que começou com a Sociedade de Geografia mas quem a fez foi o Brasil. O Instituto da Língua Portuguesa foi proposto num congresso do Recife, onde era presidente Gilberto Freyre, foi aprovado com grande entusiasmo mas quem fez foi o Brasil.

Apesar de tudo muita gente fez o que pode.

Mas sinto que já estou na despedida e, de todas a honras que tenho no ultramar, a que mais me comove é uma rua que há em S. Tomé e Príncipe e cujo nome é Rua Ex-Adriano Moreira!

1 O ano passado, o site das Nações Unidas definiu em oito as línguas obrigatórias: está lá o português.

EDUARDO LOURENÇO

Provavelmente a coisa que acho mais interessante como referendo positivo da nossa relação com o outro é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Porque ao encontro de uma nação do Ocidente que tem uma certa de raiz, uma certa religião, um certo comportamento, uma certa maneira de ler o mundo que está à sua volta, depara-se um mundo que ainda não tem leitura. Nunca se tiraram realmente quais as consequências do que foi a descoberta da América: a primeira e a nossa, a segunda, espaçadas que foram por apenas uma década. Nunca soube se o Pero Vaz de Caminha conhecia alguma das cartas do Colombo mas o facto é que, quando os portugueses encontram aquilo que não tinha nome e que viria a ser batizado como Brasil, tiveram um comportamento bem diferente do da Espanha: um exemplo é como a Espanha batizou tudo com nomes que já levava e nós não, sendo esta apenas uma das singularidades com que fomos para as Descobertas.

Num outro âmbito gostaria de dizer que sou de uma aldeia em que uma parte da juventude emigrou para Moçambique e o que foi extraordinário — e essa é que era a essência da colonização — é que mudavam de estatuto, sem terem feito nada tornavam-se nuns sujeitos que eram outros. Quando vinham de férias já não se identificam com os valores da terra natal que tinham deixado; a experiência das colónias, a experiência de um outro mundo fazia deles uns senhoritos que quando vinham de visita à metrópole aspiravam a novas integrações. De facto, o encontro com as chamadas colónias modificava as pessoas, mesmo se não tinham grandes empregos vinham outros.

De resto, quando dei aulas em Coimbra num colégio tive alunos angolanos que, para eles, Portugal é que era a colónia. Coimbra não era Lisboa mas, apesar de tudo, Luanda era uma cidade muito mais importante que Coimbra ou Lisboa.

Portanto havia colonos de toda a espécie, não se pode dizer que houvesse códigos muito fortes de leitura: há sim uma capacidade portuguesa de reagir a vários níveis, essa capacidade de se fundir, essa hiperidentidade que se transforma numa espécie de não identidade sublimada.

Seja como for, nós somos aquilo que nos fazemos, nós criámos a nossa própria identidade ainda que procedamos provavelmente da única revolução que existe na humanidade e que é a revolução cristã e não mudámos até à data, de paradigma. E isto é o que faz a civilização Ocidental enquanto ela durar e o crepúsculo dela será exatamente quando esse modelo começar a desaparecer, o que pode estar a acontecer agora.

HELDER MACEDO

Julgo ter tornado claro, ao ter falado de «culpa» na minha apresentação, que considero que «culpa» e «responsabilidade» são duas questões diferentes. A culpabilização retrospectiva de ter havido colónias é um falso problema do póscolonialismo. A História é a narrativa do que foi, quando aconteceu o que aconteceu, e a culpabilização retrospectiva é uma fuga às responsabilidades do presente. Mas por isso é preciso não esquecer a História, manter viva a memória do passado, como exemplarmente demonstrou José-Augusto França em vários livros e no seu excelente texto de hoje.

O meu também muito admirado e querido amigo Eduardo Lourenço mencionou, como tem feito nos seus estudos fundamentais, o problema da especificidade do caso português, em que a ideia de império de algum modo se tivesse tornado na imaginação de uma identidade nacional simultaneamente presente e ausente na nossa consciência de nós próprios. Assim terá sido, ou assim se terá tornado. Ninguém nos tem ajudado melhor a entender-nos a nós próprios do que Eduardo Lourenço.

Mas essa dimensão, digamos, mítica, existiu de par com a realidade factual de não termos conseguido (ou porventura desejado) criar em Portugal estruturas económicas e sociais compatíveis com a nossa admirável «loucura» imperial. Um elemento fundamental da especificidade do império português foi delegar o poder nacional para outras regiões mais ou menos privilegiadas do próprio império. Não é por acaso que só no tempo do Marquês de Pombal a capital de Moçambique tenha deixado de ser Goa, que também tinha controlo político e económico sobre Macau. Ou

que, com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro tenha sido a primeira capital não-europeia de um império pluricontinental nominalmente europeu. E que um dos últimos pontos discutidos nas negociações para a independência do Brasil tenha sido se o Brasil continuava a manter a sua colónia *de facto* chamada Angola ou se essa colónia de facto brasileira voltava para o seu dono nominal que era Portugal. Na verdade, Angola foi uma colónia brasileira até ter sido forçada a ser uma colónia portuguesa. O celebrado patriotismo de Salvador Correia de Sá contra os holandeses foi mais brasileiro do que português. E teve mais a ver com o tráfico de escravos de Angola para o Brasil do que com ideais patrióticos. Aliás também acontece que as correntes marítimas tornavam por vezes mais fácil e mais rápido que um navio que saía do Recife para o Rio de Janeiro tocasse primeiro em Luanda e daí fosse em direcção ao Rio. O Brasil e Angola eram realidades imperiais complementares.

De um modo ou de outro, os portugueses tiveram de criar estruturas locais para poderem lidar com um império tão impossível quanto imaginado. Revelando nisso uma grande sabedoria da parte dos governantes coloniais portugueses. O reverso desse admirável processo e dessa manifesta sabedoria — ou seja, o que considero mais negativo na nossa História imperial — foi Portugal ter empobrecido por causa do império. É um aparente paradoxo, primeiro diagnosticado por Sá de Miranda, sugerido também por Camões e, é claro, retrospectivamente analisado por Antero de Quental. O distante império serviu para manter as elites parasitárias, como uma ilha flutuante à maneira de Swift, sobre a empobrecida nação imperial portuguesa. É incrível que um país de 1,5 milhão de habitantes, com uma elite extraordinariamente desenvolvida, culta, europeia, universal, capaz de gerir esse império impossível de gerir com extraordinária eficiência, tenha mantido 90% da sua população metropolitana na pobreza e na miséria. E que, em 1961, no início das guerras coloniais, tendo uma colónia tão rica como Angola (mesmo esquecendo as outras) Portugal permanecesse o país mais pobre da Europa ocidental. Isto não será causa de culpabilização retrospectiva, mas foi o crime maior do imperialismo português. E sugere também uma outra especificidade, infelizmente negativa, do imperialismo

português: termos sido péssimos colonizadores de nós próprios. Ou seja, termos usado as riquezas provenientes do império para manter no poder as elites que não precisavam de desenvolver o seu país para poderem continuar a ser elites dentro dele.

A Holanda, como nação imperial, foi, em vários aspectos, muito pior do que nós. Ou os franceses. E os ingleses. Dos belgas, é melhor nem falar. Mas, enquanto, de um modo ou de outro, as suas respectivas populações beneficiaram dos seus impérios, o povo português permaneceu tão pobre no nosso país quanto os pobres da Zambézia que eu conheci na minha infância africana. Isso, para mim, é a essência da necessidade de haver um pós-colonialismo em que nós, portugueses, que fomos um poder imperial, possamos assumir a nossa condição pós-colonial de termos sido a mal gerida colónia que fomos das mesmas elites que colonizaram as nossas colónias.

E quando vemos o que está a acontecer agora em Angola, dir-se-ia que também essa ex-colónia tem uma oligarquia local imitada da oligarquia europeia portuguesa a gerir o seu próprio país. Só isso explica que um país com aquela imensa riqueza tenha tido de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, tal como o pauperizado Portugal. É como se os seus governantes nacionais estivessem a aplicar ao seu país o mesmo modelo de má gestão que nós, portugueses, desde há séculos temos aplicado a nós próprios.

Creio que estes são alguns dos problemas concretos que importa considerar quando se fala de pós-colonialismo. Para que o nosso presente pós-colonial possa tornar-se no lado positivo do que tenha havido de negativo no nosso passado colonial. Foi isso também que procurei mostrar nesse livro cujo título *Partes de África* também inclui Portugal, e que escrevi sobre a minha memória do colonialismo português pouco depois das colónias se terem tornado independentes de Portugal e de Portugal se ter tornado independente das colónias.

Olhando com optimismo para o futuro, o professor Adriano Moreira mencionou a importância cultural e económica da CPLP como factor integrante de um pluralismo pós-colonial baseado na nossa língua comum e

na nossa História partilhada. E, como bem acentuou, foi uma iniciativa brasileira. Bom, sim, de facto foi, mas actualmente o Brasil não parece estar muito interessado no CPLP. Não é bastante que a língua portuguesa seja uma língua comum para que se crie uma comunidade de interesses partilhados. Além de que a entrada da Guiné Equatorial, por razões que talvez não seja prudente analisar, não parece augurar bem para o futuro da CPLP. É sem dúvida um projecto de boas intenções, mas é precário. Creio, em conclusão, que só poderá deixar de o ser quando (ou se) as nações de língua portuguesa deixarem de ser colónias de si próprias.

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

Estamos no fim de sessão. Eu apresentei obedientemente um texto que me pediram e tiveram a paciência de escutar, e agora só gostaria de lembrar dois factos recentes em Paris e no Collège de France onde o escritor congolês Alain Mabanckou assumiu por convite uma cadeira de «expressão literária», não de línguas africanas como bem sublinhou no seu discurso inaugural... Ele próprio procurou desdramatizar a situação colonialista dizendo que é bom que não se encare a História de África como epifenómeno e acrescentou, em jogo de palavras, que a História da França está «*cosue*» de *fil*s *noirs*. E afirmou depois: «O mundo é uma adição de identidades, uma multiplicação às vezes, não, de modo algum, uma subtração, e ainda menos uma divisão». Com esta singular linguagem aritmética percebemos melhor aquilo de que estivemos a falar aqui, em termos de identidades nacionais. Dito por um escritor negro, numa cátedra do Collège de France, tem uma importância, decerto, extraordinária para todos nós.

Em segundo lugar, gostaria de citar de um livro saído recentemente do meu velho amigo dos *Annales*, Marc Ferro «*L'Aveuglement*» (A Cegueira), no qual passa em revista, com certo humor, todas as vezes em que as elites e os responsáveis, ao longo da história recente, não viram o que estava a acontecer ou o que ia evidentemente acontecer. Os exemplos mais recentes são os da Síria e imediações. Nesta obra, o professor Marc Ferro marca uma excepção: a descolonização que foi rapidamente sentida como uma pressão inelutável da história. Todo o mundo ocidental do pós-guerra teve essa percepção e, foi a única vez que a Europa esteve à altura do entendi-

mento da evolução da história, a Europa de França, a Europa da Inglaterra. Mas acrescenta-se que não Portugal: aqui houve uma excepção chamada Estado Novo.

Um terceiro ponto que gostaria de referir é mais uma pergunta: algum dos senhores, meus ilustres colegas da mesa ou da assistência, conhece um autor francês chamado Gérard de Villiers?¹ Foi um romancista que faleceu em 2013 e que tem duzentos milhões de leitores pelo mundo fora: interessava dizer que veio a Portugal pelo 25 de abril; aqui o conheci e tomámos mesmo um café no Grémio Literário. Os seus mais de duzentos livros publicados têm um herói: SAS (Sua Alteza Sereníssima) Malko, príncipe de um dos micro-estados da Germânia antiga, e que ficou com um castelo em falência; para o manter, o príncipe fez-se uma espécie de 007 mas trabalhava para a CIA... Villiers ficou quinze dias em Portugal, o tempo suficiente para captar notavelmente a situação política do país, e assim fazendo pelo mundo fora. Os seus romances eram muito lidos no Quai d'Orsay, ao que se sabe...

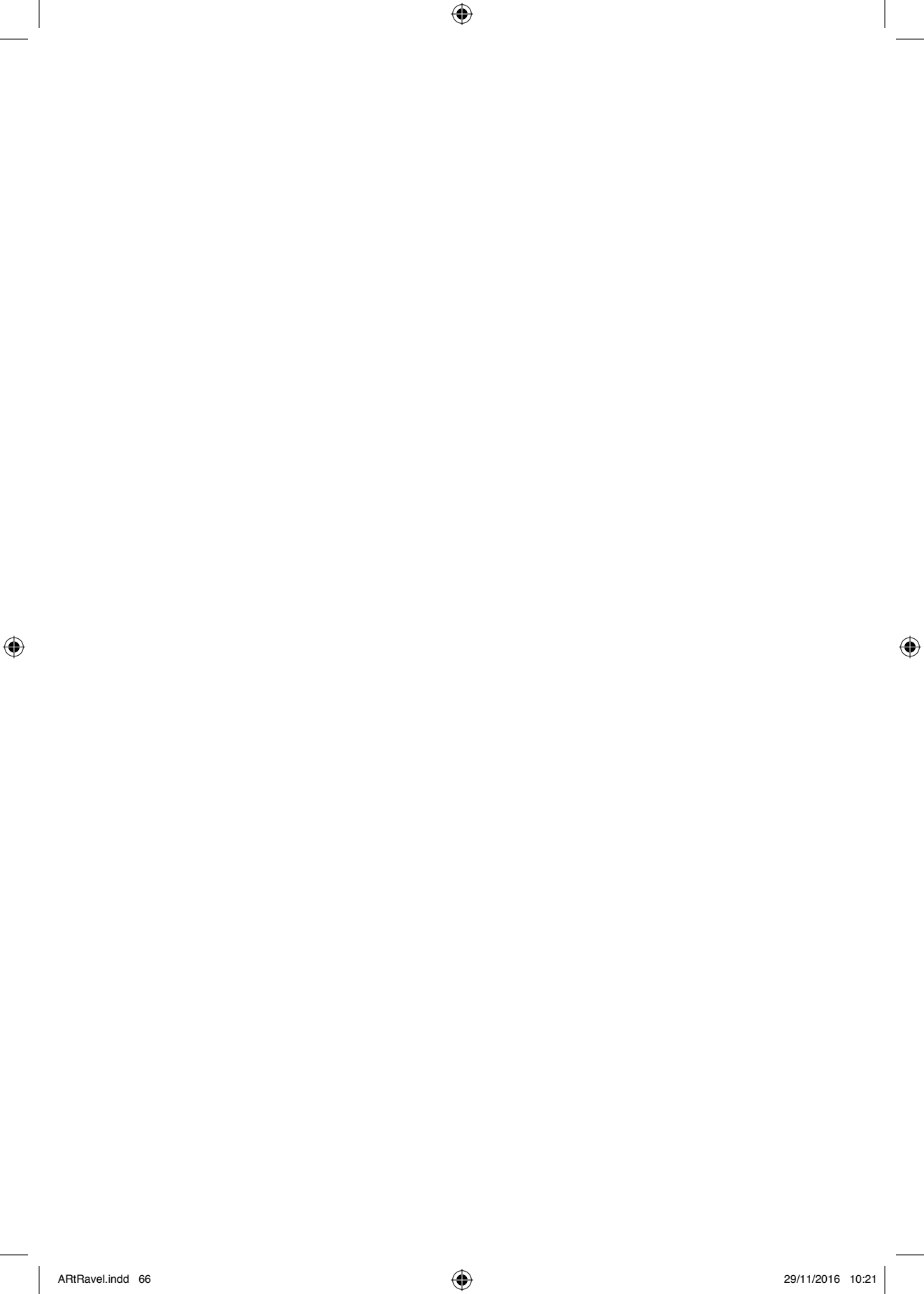
O romance passado em Lisboa, «Les Sorciers du Tage» apresenta cenas pasmosas, que não vou contar aqui... Villiers era absolutamente, assumidamente, profissionalmente anti-comunista, bem entendido. Seja como for, o romance é muito interessante, informativo e divertido e eu tenho-o receitado a todas as pessoas que me perguntam como foi o tal 25 de abril em Portugal...

Ora Gérard de Villiers publicou também um romance sobre Angola chamado «Guêpier en Angola» (Vespeiro em Angola), menos trabalhado, mas que, de certo modo, tem muito que ver com uma situação cada vez mais actual e que diz respeito à circulação de dinheiros e seu branqueamento.

Apenas uma última anotação sobre as elites e os pobres que éramos todos nós, no tempo da colonização, que teve dois polos: o polo capitalista, dos brancos que, nos conselhos de administração manobravam, e o polo dos colonos pobres que chegavam às Áfricas e eram enviados para os campos como capatazes de cafés e de açúcares. Tinham eles a mesma qua-

1 Eduardo Lourenço faz que sim com a cabeça.

lidade analfabeta dos negros que iam capitanear, mas com uma diferença: um pau para impor a sua autoridade. Não havia racismo nisto, era mais simples: havia o branco e havia o preto, um tinha o poder e o outro não. Mas havia pior, por detrás os pobres brancos velhos, arrastados pela vida em mancebias negras ou mestiças, que viviam nos musseques de Luanda, equivalentes aos bairros da lata de então, nos arredores de Lisboa. Andei pelas plantações e também por estes lados, por curiosidade intelectual e sentimental. A realidade da colonização, nos tais conselhos de administração e nos musseques... Nunca me quis ligar nem a uma nem a outra e acabei como Professor nesta casa que hoje simpaticamente nos acolhe...



MARIA JOÃO CASTRO

Ao encerrar os trabalhos, gostaria de reiterar os agradecimentos aos meus convidados e moderadores, tendo em conta o privilégio que foi o facto de terem aceite o convite.

Ao Professor Adriano Moreira, autor de um pensamento colonial de que somos herdeiros;

Ao Professor Eduardo Lourenço, cúmplice de tantas conversas que me fazem repensar o Portugal em que vivemos;

Ao Professor Helder Macedo, cuja humanidade e coração têm o tamanho do mundo;

Ao Professor José-Augusto França, iniciador de uma genealogia da história da arte portuguesa, de que somos devedores;

Aos moderadores, os Professores Nuno Severiano Teixeira e João Paulo Oliveira e Costa, por terem chamado ao debate questões que se cruzam com o universo (pós) colonial;

E à Unidade de Investigação à qual tenho o privilégio de pertencer, CHAM — Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (FCSH/NOVA-UAc) —, a colaboração no registo áudio e vídeo, bem como na elaboração, divulgação do evento e apoio na publicação deste volume.

Penso que ficou claro, na sessão aqui reproduzida, que o (re) pensar do (pós) colonialismo é um assunto que se encontra longe de estar esgotado, carecendo, por isso, de novas abordagens e reflexões que ajudem a compreendê-lo e a enquadrá-lo dentro da nossa História e inserido à luz do mundo global do século XXI. Espera-se que esta conferência tenha contri-

buído para contextualizar, em paralelo, universos coloniais distintos, ainda que complementares de um tema tão vasto quanto fascinante e actual; fica a certeza, porém, de que foi um encontro, pleno de afectos.

